

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A  
CIRCULAR EM  
INVÓLUCRO  
FECHADO  
DE PLÁSTICO OU PAPEL  
PODE ABRIR-SE PARA  
VERIFICAR



TAXA PAGA  
PORTUGAL  
PORTALEGRE



Nº 07  
Janeiro 2011  
Julho 2011

# Justiça & democracia

**Director** Nuno Salpico

**Subdirectores** Afonso Cabral de Andrade, Amélia Correia de Almeida, Artur Cordeiro, João Carreira e João Castro



**Artigo** Bravo Serra

**Balço da  
Actividade do  
C.S.M.**

21



**Artigo** António Martins

**Dificuldades e  
importância do  
associativismo  
perante um poder  
político adverso.**

23



**Artigo** Raúl Esteves

**Os últimos  
momentos críticos  
na união do  
associativismo  
judicial português.**

24



## HOMENAGEM DO MJD



## TERTÚLIA JOÃO CORREIA




**Artigo** Manuel Soares

**O MJD no associativismo judicial português. 17**

**Artigo** Adeodato Brotas

**A Justiça é Cega? 20**
**Ficha técnica**
**Director:** Nuno Salpico.

**Subdirectores:** Afonso Cabral Andrade, Amélia Correia de Almeida, Artur Cordeiro, João Carreira e João Castro.

**Colaboram neste número:** Adeodato Brotas, António Martins, Cristina Henriques Esteves, João Correia, José Manuel Bravo Serra, José Mouraz Lopes, Narciso Magalhães Rodrigues, Manuel Soares e Raúl Esteves

**Impressão:** Corlito, Setúbal

**Tiragem:** 2100 exemplares

**Concepção Gráfica:** Fábrica Real de Imagens, Portalegre

**Propriedade:** MJD - Movimento Justiça & Democracia, Associação Cívica de Juizes Portugueses.

**Sede em:** Travessa das Águas Boas, nº43, Lisboa

**email:** mjd.juizes@gmail.com

**Depósito Legal:**  
171365/0


# editorial

**Nuno Salpico**  
(Juiz de Direito)


As primeiras palavras desta nova direcção do jornal são de reconhecimento para com a anterior linha editorial, que com o timbre de qualidades ímpares (próprias de juizes), defendeu de forma aberta e democrata os pergaminhos da Justiça, numa altura difícil, em que só se conhecem trilhos descendentes. Mas sem desânimos, caberá sempre aos juizes o ónus de buscar forças e resistências para levantar o edifício da Justiça, sucessivamente demolido, por reformas atrevidas, imaturas, outras francamente mal intencionadas, redigidas por gente pasageira.

A nova direcção do jornal, composta por uma equipe renovada, mas de continuidade, quer seguir o caminho já definido, apostando em rubricas que aproximem os advogados, os juizes e os magistrados do Ministério público, num espaço de tertúlia, onde o debate aberto e leal promova o encontro desta boa gente. Aparece agora uma página de História, que quer recuperar a memória de esforços antigos na Justiça. É que a memória curta ajuda a repetir erros, e lembrar o passado mostra que, o que parece novo, muitas vezes não o é.

A segunda palavra para felicitar a nova direcção do M.J.D., que na Figueira da Foz, no passado dia 30 de Abril, organizou um almoço onde se honraram insígnies juizes que participaram e chefiaram as diversas etapas do percurso ascendente do M.J.D., nos sucessivos actos eleitorais para os órgãos representativos dos juizes de natureza institucional e associativa.

Como eco desse encontro feliz, temos as participações neste número do jornal dos protagonistas dos principais combates

e dos históricos que fundaram o Movimento, aqui se deixando uma especial palavra para o senhor juiz Dr.Raúl Esteves, sempre idealista e empreendedor, não se podendo citar mais ninguém, para não discriminar, pois todos foram importantes.

Sobre o estado do País, observa-se a ruína geral de Portugal, abatido por um poderoso e irresponsável endividamento, associado a um despesismo suicida, agravado pelos numerosos institutos públicos gastadores; vemos as parcerias público-privadas que foram reguladas com cláusulas ruinosas para o Estado; projectos enormes sem retorno, investimentos desproporcionados em estádios de futebol, a par do parque industrial e produtivo do país que se deixou finar. A Troika manda com cláusulas de ferro. É uma dura humilhação. Tudo isto é muito.. e clama por responsabilidades, porque isso é a Justiça.

No plano internacional, a conturbada revolução do mundo árabe, traz os sinais contraditórios próprios das rupturas, onde a democracia é o saldo mais positivo. Sobre o assassinato de um líder terrorista, como juiz, é preciso não esquecer a Declaração dos Direitos do Homem, sobre o direito ao julgamento antes da execução sumária de qualquer pena. Os Tribunais não são dispensáveis, sobretudo, quando em resultado de guerras mal explicadas já se acusam mais de 115.000 mortos civis só no Iraque.

Estão aí novas etapas. E nós sempre de mangas arregaçadas.



## Corpos Sociais

**Assembleia Geral**

 José Manuel Igreja  
José Manuel Quaresma  
Rosa Vasconcelos

**Conselho Fiscal**

 José Manuel Lopes Barata  
Rui Miguel Teixeira  
Rui Pedro Ribeiro Luís

**Direcção**

 Cristina Henrique Esteves  
Narciso Magalhães Rodrigues  
Margarida Almeida Fernandes  
Ana Cláudia Cáceres Pires  
Amélia Correia de Almeida  
Eduardo Paiva  
Luís Lemos Triunfante  
Tiago Milheiro

# Tertúlia com Dr. João Correia

## Agradecimento inicial

(Nuno Salpico)

Agradecimento especial ao senhor Dr. João Correia, que aceitando participar nesta tertúlia muito nos honra.

A sua recente passagem pelo Governo ficou marcada por ter agido em nome da Justiça, o que foi muito grato para todos os juízes.

Actuar com consciência e por princípios é algo a que damos muito valor. Bem haja por isso!

Sabemos que em relação a diversos temas da justiça sufragamos entendimentos divergentes, mas é precisamente aí que reside a riqueza de uma tertúlia, cuja prática regular o M.J.D. pretende deste modo iniciar.

Pretende-se um esforço conjunto de debate de ideias, de forma desafiadora, num espaço livre, de fim de matine, em que possamos dirimir os nossos conflitos, vencendo antigas divisões entre juízes e advogados, que a meu ver nunca fizeram muito sentido, mas que foram efectivamente, aqui e acolá, existindo.

Apesar de estarmos em bancadas diferentes, estamos numa área em que se cruzam olhares, ideias, tensões, discussões, mas que é sem dúvida um espaço rico.

## Agradecimento inicial

(João Correia)

Obrigado por me dar a palavra para abrir as hostilidades.

Para começar, queria contar-vos a história de um antigo estagiário que um dia se me dirigiu informando-me que iria abandonar a advocacia e candidatar-se ao C.E.J. uma vez que os advogados, segundo ele, só pensam em dinheiro e são geneticamente desonestos porque têm uma visão de parte.

Na altura fiquei enervado e irritado, mas perguntei-lhe: se eu descer a Av.<sup>a</sup> da Liberdade e o colega subir a Av.<sup>a</sup> da Liberdade, que visão é que eu tenho e que visão é que você tem? Eu vejo os Restauradores e você o Marquês de Pombal. E agora imagine que há um juiz que vai decidir qual de nós os dois é que tem

razão. É essa a nossa legitimidade. Estamos os dois no mesmo sítio, mas temos visões totalmente antagónicas da mesma realidade, ambas legítimas, cabendo ao juiz discernir qual delas deve prevalecer. Esta é que é a legitimidade própria do advogado.

Hoje esse meu estagiário é juiz na 2.<sup>a</sup> instância e sempre que me vê ainda recorda esta história, dizendo agora que tem muito respeito pela advocacia.

Uma outra história que recordo ocorreu em 1993-1994, quando a reforma do processo civil estava na forja e à qual alguns magistrados se opunham de forma violentíssima, houve um debate feito numa destas salas, para o qual fui convidado, pelo então presidente da Associação dos Magistrados Judiciais, sendo eu o único



membro da comissão da reforma presente, estando ali a defender a minha dama (audiência preliminar, princípio da cooperação, princípio da adequação formal, etc.) e a levar pancada por todos os lados.

Lembro-me que na assistência estava o Conselheiro Campos Costa, que a dada altura se levantou e me disse: você faz-me lembrar aquele operário que descobriu o pano eterno, aquele que não se estragava, que tinha sempre a mesma cor, e o Código de Processo Civil que você está aí a vender faz-me lembrar o pano eterno. Sabe o que é que aconteceu ao operário? O patrão chamou-o e perguntou-lhe quanto queria pela patente. O operário pediu-lhe um balúrdio, que o patrão pagou ao mesmo tempo que o despediu.



Estes episódios marcaram-me porque me obrigaram a reflectir.

**Nuno Salpico (NS):** Desculpe interromper, mas temos de avançar para alguma provocação, se estiver de acordo.

**João Correia (JC):** Com certeza, hoje estou também preparado para ser o Agnus Dei da reforma, não tenho nenhum complexo porque acho que o debate é fundamental.

**NS:** Há quem pense que a classe política tem um enorme desconforto e alguma incomodidade com a justiça, diabolizando-a. E o problema é quando essa atitude se expressa nas reformas judiciais. O Sr. Dr. esteve no meio político, não sei se essa desconfiança lhe foi notória, se a sentiu ou se é só imaginária.

**JC:** Eu toda a vida vivi na justiça e só na justiça. E o que retive da minha passagem pela política foi a existência de uma absoluta ignorância em relação a tudo o que tem a ver com o funcionamento da justiça e, sobretudo, no que respeita ao modo de agir com os magistrados e com os advogados. Há de todos os intervenientes processuais (expressão que prefiro em relação a operadores judiciais) uma predisposição para a reforma. Mas se olhar para os programas eleitorais do PSD e do PS ou para o memorando da troika, eles não estão sintonizados com essa predisposição. Só o PSD é que dá um ligeiro toque no que diz respeito à necessidade de qualquer reforma ser feita em sintonia com os intervenientes processuais. Não é, na verdade, possível fazer qualquer reforma, por melhor que ela seja, sem ser previamente absorvida por todos nós. Houve uma primeira experiência que foi para fim fundamental e decisiva, que foi o Congresso da Justiça de 2004, em que participei enquanto dirigente da Ordem dos Advogados, e em que se discutiram dois modelos de pacto para a justiça. Um modelo de pacto à espanhola, que era um modelo de pacto político entre dois partidos (o PSOE e o PP), que eu disse logo que não funcionava. Havia que discutir

um modelo de pacto para a justiça em que participassem magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público, advogados e funcionários e, eventualmente, notários e conservadores. Aqueles quatro pilares tinham necessariamente que discutir entre si o que pensavam da justiça e que modelos de reforma preconizavam. Posso dizer que foi inicialmente muito difícil, pois era visível que não estávamos habituados a falar uns com os outros fora dos tribunais. Na altura era presidente da ASJP o Desembargador Baptista Coelho, era presidente do SMMP o Pena dos Reis, presidente do SFJ o Fernando Jorge, e eu era Vice-Presidente da Ordem, sendo Bastonário o José Miguel Júdice. A primeira dificuldade que tivemos foi pormo-nos a discutir, pormo-nos a falar uns com os outros, no fundo, pormo-nos até de acordo quanto ao desacordo. Mas a pouco e pouco fomos falando, discutindo, analisando e chegando a consensos no que respeita aos pontos em que estávamos de acordo e àqueles em que estávamos em desacordo. Hoje houve um retrocesso, regredimos e não conseguimos falar fora das salas de audiências, tudo por causa de um fantástico Bastonário, um tipo absolutamente enorme, que não sabe dizer absolutamente nada sobre juízes, com quem, aliás, praticamente nunca trabalhou na vida. É assim, praticamente impossível conversarmos sobre um programa para a justiça, a 2, 3 ou 4 anos, em torno da organização, da gestão, da optimização, da resolução de problemas da formação inicial e da especialização, das transferências, dos Estatutos, das classificações, das inspecções, etc.

Respondendo agora definitivamente à pergunta, a classe política que conheci vive na mais completa ignorância em relação à justiça.

**Cristina Esteves (CE):** Essa ignorância deve-se a quê? Eu reconheço que o juiz vive um pouco entrincheirado na sua profissão, o que o retrai. Mas quando solicitado, aí tem uma atitude de absoluta disponibilidade e empenhamento sem pedir o que quer que seja em troca, nem sequer reconhecimento. Ora, como é que é possível um Ministro da Justiça anunciar, em 12 de Maio, em pleno decurso do movimento judicial ordinário, a NUT de Lisboa já para Setembro, quando o processo legislativo não está sequer completo, faltando a promulgação do Presidente da República (que não surgirá certamente antes de 31 de Maio, prazo em que por lei termina o movimento) e dizer simultaneamente que isso implicará a realização de um movimento extraordinário? Esta ignorância vem de onde?

**JC:** Posso dizer-lhe que todos os estudos sobre o mapa judiciário e a sua concretização paulatina estão feitos até à náusea. Tínhamos uma comissão brilhante que estudou distâncias, edifícios, funções, valores de referência processual,

complexidade de processos, especialização, necessidade de formação de magistrados, movimentos, dinheiros, gestão, etc. Aprendemos tudo com as três comarcas piloto, com as quais eu próprio fiz reuniões plenárias, e ficámos a saber tudo sobre essas questões que a Sra. Dra. colocou. Por exemplo, tirando Lisboa, em que cerca de 90% dos magistrados já estão especializados, onde está a especialização necessária para implementar as NUT's? A meu ver era absolutamente necessário pôr a funcionar a comarca do Barlavento e Sotavento, estava tudo preparado para isso, incluindo no que respeita a instalações, mas não foi avante. Deixem-me, aliás, fazer um parêntesis: é mais importante num tribunal juntar papéis do que sentar dignamente os magistrados e os funcionários. Recordo ter ido ao tribunal do Funchal, um edifício de grande dignidade, e ver os funcionários e os magistrados todos em cima uns dos outros, quando se poderiam aproveitar as enormes instalações do arquivo, onde está a história toda do judiciário desde o século XVIII a chover-lhe em cima. Mas mais: a Polícia Judiciária, que ocupa uma enorme faixa do edifício do tribunal, recusa-se a sair dali. Mas então o Ministro da Justiça não tem poder para chegar junto do Director Nacional e mandá-lo para outro edifício? É em questões desta natureza que tropeçamos no dia-a-dia e que são fruto da falta de organização.

Outro exemplo: eu propus a extinção do ITIJ. Cometi um pecado mortal! Se eu lhe perguntar para que é que serve o ITIJ, a Sra. Dra. é capaz de não me saber responder. Propus também a extinção da DGPI (Direcção-Geral de Política da Justiça), uma vez que existe o Observatório da Justiça e eu próprio também sabia alguma coisa, não sendo necessário estarem estas três entidades a tratar do mesmo. Perguntar-se-á: e o que se faz aos 200 ou 300 funcionários que trabalham na DGPI? Eu respondo: vão para os tribunais, que é lá que fazem falta, por exemplo para auxiliarem os juízes.

**João Ricardo Carreira (JRC):** O Sr. Dr. era talvez o único membro do Governo que tinha uma visão do mundo judiciário. Gostava por isso de saber se sentiu em relação aos demais membros do Governo essa desconfiança de que falou e, na afirmativa, se ela constituiu obstáculo à sua actuação e em que medida.

**JC:** No princípio senti apenas em torno de um tema: *citius*. Foi a primeira fonte de conflito, de ruptura, volvidos apenas dois dias sobre a tomada de posse, porque eu entendi que o *citius* não deveria sair da Direcção-Geral. Que deveria haver outsourcing mas, passe o paradoxo, de fora para dentro. Havia que dar um salto qualificativo, pois se é certo que o *citius* funciona relativamente bem para advogados, não menos certo é que funciona muito mal para magistrados. Eu entendia,

como entendo ainda hoje, que não devia haver uma adjudicação e uma entrega do código-fonte a uma entidade privada. Trata-se de propriedade intelectual do Estado que foi parar a uma entidade privada sem concurso, e eu entendi e escrevi que isso era ilegal e que não podia acontecer. Aliás, falei com os mais altos representantes da judicatura, que me disseram que nem na Direcção-Geral devia estar.

**CE:** Criou-se a imagem de que com o *citius* o carrinho dos processos sai directamente do nosso gabinete para o Ministério da Justiça. E isso é um problema, sobretudo na área penal devido ao segredo de justiça...

**JC:** O *citius* deveria estar no CSM e no CSMP. Não está porque não há meios para isso...

Essa foi, portanto, a primeira ruptura. A partir daí os problemas sucederam-se. Por exemplo, houve um grande veneno em relação às conclusões da revisão do Código de Processo Penal. Estive três horas e meia a explicá-las ao Primeiro-Ministro, que estava muito envenenado, e ele acabou por dizer: se é isso que você quer, tudo bem, vai assim para o Parlamento.

Outro exemplo: o Código de Conduta e Ética para a Administração Pública, desenhado até ao pormenor das prendas, o que é que se podia receber e o que não se podia receber. Onde é que está esse Código? Está na gaveta.

Um exemplo mais: a Lei da Arbitragem...

**NS:** Sr. Dr, peço desculpa, mas acho que é preciso ir mais longe: porque é que está na gaveta? São públicas as resistências do poder político, deste e doutros, a reformas legislativas destinadas ao combate à corrupção. Lembro-me do projecto de João Cravinho, que foi travado de uma forma abrupta e é preciso saber porquê.

**JC:** A questão central do projecto Cravinho era a tipificação do enriquecimento ilícito, e em torno disso levantavam-se duas correntes, mesmo entre os penalistas: uma era que todo o enriquecimento ilícito tem por trás de si já uma figura criminal para o tipificar como crime, não sendo necessário autonomizá-lo. Mais: nós temos características culturais e de actuação das próprias polícias de investigação e dos órgãos de polícia criminal que levam a fazer presunções muito fáceis e a constituir alguém como arguido também muito facilmente. E eu tenho muito medo da constituição como arguido, experiência por que passei muito recentemente devido ao despacho relativo à questão da mulher do Sr. Ministro...

**NS:** E o problema é que as polícias estão praticamente em autogestão, o que não pode admitir-se...



**JC:** Concorde. Sempre entendi que mesmo em relação à PJ, não obstante a sua autonomia técnica, ela depende do Ministério Público.

**NS:** Sr. Dr.: até aqui temos estado quase sempre de acordo, acho que chegou a altura de alterarmos o rumo dos acontecimentos. Falemos então do processo civil, para divergirmos já.

Na reforma que, segundo creio, chegou mesmo a ser ultimada, um dos principais aspectos relaciona-se com a indicação dos grandes temas de prova em detrimento da enunciação dos factos assentes e da elaboração da base instrutória. E isto cria, em meu entender, grandes dificuldades, uma vez que a mera indicação dos grandes temas de prova põe, não só em causa o princípio do contraditório, como também a qualidade da prova que se pode produzir e a economia do próprio julgamento, dificultando de igual modo o convite ao aperfeiçoamento da matéria de facto, que é muito mais acutilante se estiverem em discussão os factos em si.

Outro aspecto que, para rematar, queria salientar, relaciona-se com a ideia, que se instalou, de acordo com a qual o que é antigo não tem valor e o que é novo, só por ser novo, fascina, o que, por exemplo com a reforma da acção executiva, fez com que passássemos, em poucos anos, de cerca de 200.000/300.000 para mais de 1.000.000 de execuções pendentes, o que tem naturais reflexos na economia do país. E isto só porque o que era novo fascinava. Eu vi muitos juízes a defenderem a nova acção executiva, mas hoje há que ter a coragem de recuar e recuperar o que estava bem feito.

**JC:** Vamos começar pelo fim. A reforma da acção executiva de 2003 foi fortemente combatida por alguns (poucos) advogados, por alguns (mais) magistrados do Ministério Público, por alguns funcionários judiciais e pelo seu próprio Sindicato, sendo que a favor da reforma apenas se pronunciou, qua tale, a ASJP. A Ordem dos Advogados ficou em cima do muro. O SMMP também ficou em cima do muro, mas com mais tendência contra do que os advogados. Eu estive contra, não me quero vangloriar por isso, mas estive contra, sendo que até um Secretário de Estado de então me disse que eu estava sempre contra tudo. Estive contra a privatização da acção executiva, contra a citação por carta simples, contra a impossibilidade de um advogado introduzir a acção executiva em juízo, tendo para o efeito que entregar o título executivo (e qualquer folha de couve serve hoje como título executivo, como sabe) a um solicitador que, por sua vez, este sim, introduzia a acção executiva em juízo. Na altura confrontei o Ministro da Justiça de então com essa originalidade de um advogado estar proibido de litigar em Portugal. Alerttei-o para o facto de estarem a copiar mal o modelo francês do *huissier*

de justice, mas não tive sucesso algum e hoje estamos neste ponto. Há, efectivamente, que pôr travão a isto e na reforma que deixámos pronta tentámos minimizar os efeitos negativos da acção executiva, entre os quais a disciplina deontológica do agente de execução.

Nós hoje em dia nem estamos na oficialidade da acção executiva, nem estamos na privatização da acção executiva.

**NS:** A lei antiga era uma lei simples com poucos artigos. Agora para além do seu regulamento e de todos os diplomas extravagantes... mesmo os artigos do Código de Processo Civil tornaram-se artigos complexos.

**JC:** Voltando à acção declarativa e que nos divide. O único país que tem especificação e questionário é Portugal. Não acredito que o senhor sofra de qualquer “*capitis deminutio*” relativamente a qualquer juiz espanhol, francês. A segunda questão é que as regras da distribuição do ónus da prova e da inversão do ónus da prova, são postas fortemente em crise quando se alegam factos essenciais com a mesma dignidade ao lado dos factos instrumentais, saneando-se em função da cronologia dos articulados. Essa formulação dos factos torna imprevisível para as partes a orientação geral do juiz relativamente ao litígio. É absolutamente essencial para mim saber qual é a preocupação do juiz quando preside ao julgamento, quanto às questões que importa decidir, competindo a um dos advogados provar os factos inerentes à questão A, e ao advogado da outra parte os factos da questão B.

**NS:** Não vejo que a questão do ónus de prova seja um grande obstáculo, porque num grande tema de prova, podem existir segmentos de prova para uma parte e para outra parte. E sem se discutirem os factos concretos, como se exerce o contraditório? E é toda a ciência do direito que se perde. Não é resistência a mudar, porque para melhor muda-se já. O sistema anterior provou... as pendências processuais declarativas não são negativas... A acção executiva anterior provou e provou de uma forma muito clara. Tramitar uma execução era simples, era um processo que andava muito rapidamente. Está claro que quando não há bens, não há reforma legislativa que consiga ultrapassar isso, por mais eficaz que seja.

**JC:** Para resolver esta questão eu tenho de saber qual é o modelo de juiz que eu estou a construir em Portugal para o futuro. Há três modelos de juiz. Há um juiz ultraliberal, espectador; há o juiz ultra-activo inquisitório que se mete em tudo e que ultrapassa as partes; há o terceiro modelo de juiz que é o juiz que dialoga. O bom juiz é o juiz que sorri, que está disponível na sala de audiências, é o juiz que antes de qualquer julgamento

chama as partes ao gabinete só para dizer “Bom dia. Lá em casa está tudo bem?”. É este o modelo de juiz, o juiz que coopera até certo momento, ...que interpela...que procura saber até certo momento...e que manda no momento da decisão.

**NS:** Não acha que o Código de Processo tem o tempero adequado entre o dispositivo e a oficialidade. Não há pior drama para um juiz que chegar à fase da sentença com a matéria de facto amputada, por existirem outros factos que não estavam na base instrutória. Para isso tem de existir capacidade de iniciativa ao juiz sem prejuízo das partes se prevalecerem dos factos novos. Também, não vejo inconveniente nenhum que o juiz na audiência preliminar indique quais os grandes temas de prova a par da base instrutória.

**JC:** Isso torna despiendo a especificação e o questionário. Mas até foi uma senhora juíza que me ensinou as virtualidades dos grandes temas de prova, num processo com articulados de 400 e 500 artigos. A juíza chamou-nos e disse-nos: meus amigos eu tenho apenas duas questões para decidir, uma é sua, outra é deste senhor advogado, quem conseguir provar a questão A ganha a acção; quem provar a questão B o réu triunfa na defesa. E eu disse para mim: “É isto! Este é o segredo”. O segredo é que o juiz me anuncie na audiência preliminar, em vez que se enunciar tanta matéria.

**NS:** Mas assim, chegando a audiência de julgamento com muita matéria assente, por acordo, porém, porque esse saneamento não está feito, em julgamento os mandatários vão querer batalhar nela.

**JC:** Mas nem todos os sistemas são perfeitos.

**NS:** Sou pela simplificação. O legislador diz que não há base instrutória e factos assentes...tanto melhor, isso dá um trabalho incomensurável. Mas o problema é que chegando à fase do julgamento da matéria de facto, não havendo uma selecção preliminar, o trabalho é igualmente incomensurável...é o dobro do trabalho... onde o juiz tem de ir seleccionar tudo. Depois temos uma mole de testemunhas que incide sobre uma amálgama de questões.

**JC:** Mas olhe que na jurisdição laboral não há especificação e questionário, e posso lhe dizer que a disciplina do advogado a articular no processo de trabalho, passou a ser diferente do articular no processo civil. Se eu souber que o juiz vai decidir a questão A, B ou C, escuso de escrever muito, tenho é de enunciar os factos essenciais que suportam aquela questão que o juiz vai eleger para decisão.

O que não posso é ser apanhado à traição, ir para a sala de audiências, sem saber o que está na cabeça do juiz. Não

me basta a especificação e o questionário, factos essenciais misturados com factos instrumentais. É uma trabalhadeira para o juiz...e o juiz nem tem que ter esse trabalho.

**Cristina Esteves:** Acho que isso é muito mais uma questão de cultura judiciária do que propriamente de lei.

**JC:** É verdade..Isso alterava completamente a nossa cultura judiciária...o modo de articular..e o tipo de relação entre juiz e advogado na sala de audiências. Passava a exigir dos advogados um altíssimo critério de formação. Não concordo com o senhor dr. Porque este novo modelo é que cria a destrição entre factos constitutivos e factos extintivos.. Com os grandes temas de prova sei qual é o modelo da decisão que se perspectiva no juiz.

**NS:** O legislador do processo penal e do processo civil é muito exigente para o juiz. Nós temos os arquivos dos tribunais cheios de livros de registos de sentenças muito fundamentadas, mas que nunca ninguém leu.

É agora devolvida a tertúlia à assistência.

**Procurador João Alves:** Eu desconhecia que o Conselho Superior do Ministério Público não tem em consideração a formação especializada dos magistrados.

**JC:** A especialização não tem repercussão no curriculum tal como está regulado. As próprias carreiras das magistraturas têm de ser repensadas, mas isso pressupunha o tal dialogo que não existe. Um dialogo muito profundo entre poder político e as magistraturas.

**Procurador João Alves:** No fundo o Ministério Público deveria estar organizado como os grandes escritório de advogados.

**JC:** Sim. Com uma hierarquia que nós não temos. Tem de haver um corpo a funcionar como tal. No Projecto de regulamento das inspecções que eu participei, era um factor de valorização da carreira as acções de interesses difusos a instaurar, para dar um incentivo social à própria função da magistratura. No nosso Ministério Público cada magistrado perdeu o sentido de corpo...não há especialização, não há carreira.

Se não fosse a militância dos funcionários e magistrados nas comarcas piloto, estas tinham-se afundado. Mas mesmo assim não chegou. Porque há tribunais com poucos processos e muitos funcionários, e o inverso. Está tudo desorganizado. O estatuto deve mudar.. e essa questão está agora imposta pela Troika. A Troika veio impor aquilo que nós, sozinhos devíamos ser capazes de fazer..exigindo a alteração do estatuto de mobilidade dos magistrados e dos

funcionários.

**Juíza Gabriela Cunha Rodrigues:** Até que ponto será possível um juiz doível poder passar para o crime.

**JC:** Só através da especialização. O próprio conselho quer alterar o conceito de juiz natural. Hoje o princípio do juiz natural não permite a colocação dos magistrados em determinadas circunstâncias. Primeiro deveriam estar criadas as especializações dos juízes e depois as candidaturas. Primeiro criaram os Tribunais de competência especializada, sem que os juízes tivessem especializados.

O Governo português negociou com a Troika que em 2 anos deixariam de existir pendências na acção executiva.

**João Carreira:** Gostava que agora focasse a questão do diálogo entre a magistraturas e a advocacia, sendo que esse diálogo foi também construído com a associação sindical dos juízes portugueses e com o sindicato dos magistrados do MP. E qual é a vossa opinião sobre a existência desses dois sindicatos, e como é que estas duas estruturas associativas são olhadas pela classe política?

**João Correia:** Sempre fui a favor do sindicalismo judiciário desde que ele foi criado. Não há nenhum mal para qualquer país democrático em que surjam associações de profissionais da Justiça, não partidários. Não pode haver ciúmeira nenhuma, e há, entre os órgãos que representam as magistraturas - os Conselhos - e a respectivas associações sindicais, com funções totalmente distintas, embora com zonas de sobreposição. O que também está errado, foi a associação sindical dos juízes, em certa altura, ter mais poder que o Conselho Superior da Magistratura. Os juízes devem ter uma palavra a dizer sob o ponto de vista profissional. Têm uma organização profissional a defender. Agora, é hoje possível retomar o diálogo, com vista a um segundo congresso da Justiça, a resposta é não. E a culpa não está nos magistrados.

## GOSTOS

**NS:** Fugindo ao Direito.

As coisas que mais gosta na vida?

**JC:** Ler e fazer desporto.

**NS:** O livro que lê agora?

**JC:** “Uma ideia de Justiça”, um livro fabuloso que saiu agora, feito por um economista com um nome muito esquisito. Tenho sempre dois livros, um de história e outro sem ser de história. Estou a ler a história dos resistentes ao regime fascista.

**NS:** Gosta de cinema?

**JC:** Gosto. Tenho muito pouco tempo para ver. Oiço muita música.

**NS:** Dos filmes que gostou mais?

**JC:** Em toda a minha vida, o filme que mais me encheu até hoje, o que deu com a minha personalidade política e até estética, “O Leopardo” do Visconti. O livro que mais me marcou o “O Drama de João Barois”, comecei a pensar outras coisas a partir do momento que o li. Eu era religioso e depois pensei que nem tudo era tão certo assim. Tudo devia ser pensado, especulado.

**NS:** No desporto por onde anda?

**JC:** Só pelo meu Benfica e pela Académica.

## PALAVRAS CRUZADAS

**JCarreira:** Prioridades para o próximo Ministro da Justiça?

**JC:** Competência.

**NS:** Troika?

**JC:** Violência.

**NS:** Inventário?

**JC:** Mal redigido.

**CE:** Campus de Justiça?

**JC:** Excessivo.

**NS:** Bastonário?

**JC:** Inútil.

**NS:** Prisão preventiva?

**JC:** Certa, como está.

**NS:** Primeiro Ministro?

**JC:** Para a Justiça, mal; para o resto, positivo.

**NS:** Eleições?

**JC:** Mudar.

**NS:** Advogado?

**JC:** Essencial.

**NS:** Juiz?

**JC:** Essencial

**NS:** Sala de audiências?

**JC:** Essencial.

**NS:** Nut de Lisboa?

**JC:** Impossível.

**CE:** Conselho Superior da Magistratura?

**JC:** A melhorar.

**Cristina Esteves:** Resta agradecer muito ao senhor dr João Correia por ter vindo cá. Foi um prazer enorme estarmos a conversar consigo neste fim de tarde. Sobre tudo, por todos nós temos bastante entusiasmo em discutir as coisas da Justiça. E por vezes temos poucas oportunidades de o fazer, e de o fazer de forma tão aberta.

Os agradecimentos do Movimento de Justiça e Democracia por ter aceite este convite. Ficámos todos mais enriquecidos. É disto que se faz a Justiça. Debate de Ideias. É daqui que nascem as cinergias das pessoas que estão nas diversas bancadas para que se entendam e cheguem a soluções de consenso. Todos desejam ardentemente que a Justiça siga por outro rumo.

**JC:** Para mim foi uma honra. Aquilo que os romanos chamavam a “Procatio ad populum judicarium”, portanto, venham cá, vamos todos decidir qual é a melhor solução. Era assim que o senado funcionava. Todos nós fazíamos parte da melhor solução.



# O movimento. Passado e Futuro.



O movimento, associativismo judicial e CSM. Relembrar o passado e repensar o futuro.

Quando fui convidado pelo “Movimento Justiça e Democracia” - MJD -, na pessoa da sua presidente, a colega e amiga Cristina Henriques Esteves, para escrever um texto sobre o tema “O movimento, associativismo judicial e CSM. Relembrar o passado e repensar o futuro”, confesso ter pensado não ser a pessoa mais indicada para o efeito, até porque não fiz parte nem acompanhei o movimento desde a data da sua constituição de facto.

Não podendo, no entanto, declinar tão honroso convite, e atendendo a que comecei no ano de 1997 - muito por “culpa” do António Ribeiro, que foi também culpado pelo adesão ao associativismo judicial de muitos outros jovens juízes naquele tempo - a acompanhar e a participar de forma ininterrupta na “vida” do MJD, ao qual aderi formalmente mais tarde, atrever-me-ei a dar testemunho do passado desde então, a reflectir sobre o futuro do movimento, assim como da sua articulação passada e futura com a A.S.J.P. e o C.S.M.

Nos primeiros anos em que exerci funções como juiz era comentada e sentida no meio judicial, especialmente entre os juízes mais jovens, alguma falta de abertura e oportunidade de participação no associativismo judicial, nomeadamente no debate de ideias e participação dos juízes nas questões que ontem, tal como hoje, a todos nos devem preocupar.

A abertura a todos os juízes do debate de princípios e ideias sobre a justiça em geral e o exercício da judicatura em particular, era então, tal como hoje, a proposta do MJD, e foi com esse intuito que aderi à participação neste movimento de juízes.

Recordo particularmente um desses debates que decorreu no Tribunal de Trabalho de Coimbra, salvo erro no ano de 2001, no qual se discutiu se o MJD deveria, ou não, continuar a intervir no associativismo sindical e no “governo” da magistratura judicial, mais precisamente nas eleições para os órgãos próprios da ASJP e do CSM.

Foi aí sufragado, e desde então seguido, o entendimento de que o MJD não deveria prescindir de apoiar mas também de contribuir para a formulação de programas e escolha do perfil de candidatos que melhor respeitassem os princípios que sempre nortearam o movimento, os princípios da defesa da independência do poder judicial e da dignificação dos juízes.

Isto sem prejuízo do entendimento de que o MJD se deveria abster, como sempre se absteve, de qualquer interferência no exercício das funções dos eleitos para os órgãos próprios da ASJP e do CSM, mas sem nunca abdicar, como nunca abdicou, de exercer a sua crítica construtiva tendo em vista a defesa e prossecução daqueles princípios.

É do conhecimento público que depois de sucessivas eleições em que não foram as mais votadas, as listas de candidatos apoiadas pelo MJD foram as que obtiveram o maior número de votos dos juízes nas eleições para a ASJP de 2006 e 2009 e para o CSM de 2010.

O mérito pelos resultados obtidos em tais eleições será, sobretudo, dos juízes que integraram as listas que se apresentaram a sufrágio, merecendo, a meu ver, mérito acrescido a acção do colega António Martins, conforme o atesta a larga maioria de votos que a lista por si encabeçada obteve nas eleições para a ASJP de 2009, nas quais foi reeleito presidente.

Quanto ao MJD, se algum mérito possa merecer na confiança depositada pelos juízes nas listas que apoiou, o maior mérito será o de sempre ter procurado ser um espaço de debate de ideias aberto e apelativo à participação de todos os juízes, tentando contribuir para uma maior democratização e participação no associativismo judiciário, norteado pela prossecução de princípios fundamentais de defesa da independência e dignificação da magistratura judicial, assim como o de ter logrado uma crescente adesão e participação dos juízes.

Como a história também se faz, ou faz-se sobretudo, de pessoas, tal mérito, sendo de todos aqueles que ao longo destes anos têm participado e colaborado no “movimento”, será de atribuir em

particular a todos aqueles que aceitaram encabeçar listas apoiadas pelo MJD, por vezes em condições bem adversas, sobretudo nos primeiros tempos, assim como daqueles que exerceram a presidência do “movimento”, permitindo-me destacar a especial contribuição do colega Raul Esteves, que, assim o posso testemunhar, foi, ao longo dos anos em que exerceu a presidência do MJD, um lutador incansável pela democratização do associativismo judicial, da defesa da independência do poder judicial e da dignificação dos juízes.

Relembrado o passado, cumpre repensar o futuro.

No caminho a trilhar de futuro, importa nunca olvidar as dificuldades nem ficar refém dos sucessos do passado.

Importa, assim, que o MJD continue a ser, como sempre foi, um espaço de liberdade, de debate e discussão de ideias e princípios aberto a todos os juízes.

Importa que o MJD nunca deixe de ter voz crítica e construtiva na defesa dos valores fundamentais por que se pauta e pugna, relativamente a quaisquer pessoas, poderes ou instituições, incluindo a ASJP e o CSM.

No actual momento em que é cada vez mas óbvio o desiderato de algum poder, político e não só, de limitar a independência dos juízes e consequentemente do poder judicial, não quero deixar de acrescentar duas notas que nos devem especial atenção.

A primeira tem a ver com a recente proposta do P.S.D. indicando como receita para os males da justiça a remuneração dos juízes em função da sua produtividade.

Uma vez mais, tal como sucedeu anteriormente com a apresentação pelo P.S. da redução das férias judiciais fazendo-as confundir com as férias dos juízes, pretende-se apontar os juízes como os culpados da chamada crise e apregoada falta de celeridade da justiça.

Não é que os juízes tenham receio em serem remunerados em função da sua produtividade, caso em que, estou certo, a larga maioria veria necessariamente aumentados os seus rendimentos.

Desconfio, todavia, que uma tal medida lançada de forma avulsa e sem

critério, atribuindo aos juízes responsabilidades a que são alheios, mais não sirva do que um pretexto para o aumento da carga de trabalho, de efectiva diminuição do rendimento e ausência do urgente investimento na melhoria das condições de trabalho dos juízes, em suma, da limitação das condições necessárias para o exercício da judicatura de forma livre e independente.

Deveremos assim estar especialmente atentos ao conteúdo de uma tal proposta e quais os critérios e condições em que assenta, e denunciá-la de forma clara e inequívoca, caso com ela se pretendam atingir outros interesses que não os de uma desejável maior celeridade e eficácia da justiça.

A segunda nota, tem a ver com a falada junção num único Conselho, dos actuais Conselhos Superior da Magistratura, do Ministério Público e dos Oficiais de Justiça.

Não é por acaso que o Conselho Superior dos Juízes é o único que, sob a designação de Conselho Superior

Magistratura, tem assento constitucional em normativo próprio - artigo 218º da Constituição da República Portuguesa.

Tal assento constitucional constitui um dos pilares da legitimação democrática dos juízes enquanto titulares de um órgão de soberania, sujeitos nessa medida a um estatuto próprio.

Temo pois que com a reunião num único Conselho com os poderes de nomeação, colocação, transferência, promoção e exercício da acção disciplinar de Juízes, Magistrados do Ministério Público e Oficiais de Justiça, seja um primeiro passo para a adopção de um estatuto comum, com eliminação do estatuto próprio dos juízes consagrado pelos artigos 215º a 218º da Constituição da República Portuguesa, o qual constitui não só uma garantia da independência dos juízes no exercício da função jurisdicional mas uma garantia dos cidadãos em geral e do próprio Estado de Direito.

Para os mais cépticos relembro que semelhante intuito de funcionalização

da magistratura judicial foi já “tentado” através da famigerada Proposta de Lei 152/X, a qual não veio a ser positivada devido, sobretudo, à rejeição e denúncia de que foi alvo por parte da generalidade dos juízes e da ASJP em particular.

Afigura-se-me assim ser de rejeitar liminarmente uma tal junção de Conselhos, e de pugnar pelo fortalecimento da legitimação democrática do Conselho Superior da Magistratura, cuja designação constitucional deveria constar como “Conselho Superior da Magistratura Judicial”, com a atribuição da sua presidência ao Presidente da República.

Em conclusão direi que o futuro do MJD, assim como do associativismo judicial em geral, será o que os juízes dele quiserem fazer. Tenho, porém, como certo que nos tempos que se avizinham a união e participação associativa dos juízes será, mais do que nunca, um dos pilares fundamentais no suporte do edifício da independência do poder judicial.

# Justiça & democracia *conferência*

## A reforma do processo civil declarativo

Exmos(as) Srs(as) Drs(as)  
Magistrados(as) Judiciais, do M.P. e  
Advogados(as)

Num momento em que muito se fala da necessidade de reformas nos processos, designadamente o civil, tendo em vista incutir maior celeridade aos mesmos, sem prejuízo das garantias das partes, torna-se necessário reflectir que reforma se pretende e qual será a mais adequada.

Deverá manter-se o actual paradigma, estrutura e modelo do processo civil? É benéfico o alargamento do regime processual civil experimental a todo do país nos moldes em que está consagrada? Ou será que é necessário repensar um novo processo civil declarativo?

O Movimento de Justiça e Democracia, associação cívica de juízes, pretende, através da realização da conferência na Universidade Portucalense, no Porto, justamente, permitir a troca de ideias e argumentos de quem vive e estuda o processo civil declarativo: docentes, magistrados e advogados.

Estamos certos que só com reflexões conjuntas e maturadas será possível apontar os melhores caminhos no futuro do processo civil declarativo.

A Conferência terá lugar no dia 14 de Outubro, às 10:00h, no Auditório da Universidade Portucalense, na Rua Dr. António Bernardino Almeida, 541, Porto.

Esperamos assim, contar com a presença de V. Exas. para que se logre tal objectivo.

A Direcção do Movimento  
Justiça e Democracia



### A Reforma do Processual Civil Declarativo

#### 10H00 Abertura

**Cristina Esteves** – Juiz de Direito, Presidente do MJD

#### 10H15 A Gestão Processual e a Dinâmica do Processo Declarativo

**Paulo Pimenta** – Advogado e Professor da Universidade Portucalense  
**Paulo Ramos de Faria** – Juiz de Direito

#### PAUSA PARA CAFÉ

#### Debate

Moderador: **José Vieira e Cunha** – Juiz Desembargador

#### PAUSA PARA ALMOÇO

#### 14H00 Estrutura do Processo Civil e Modelos Processuais

**Mariana França Gouveia** – Professora da Universidade Nova de Lisboa  
**Miguel Baldaia Correia de Morais** – Juiz de Direito

#### PAUSA PARA CAFÉ

#### Debate

Moderador: **António Coelho** – Juiz Desembargador

#### 17H30 Encerramento

14 de Outubro de 2011  
Auditório da Universidade Portucalense  
Rua Dr. António Bernardino Almeida, 541 – Porto



# Que futuro para as associações jurídicas?



Que futuro para as associações jurídicas?

O associativismo jurídico tem como origem e pano de fundo uma democratização da sociedade portuguesa que levou e leva os profissionais do mundo do direito a associarem-se entre si de modo a contribuir de forma eficaz para uma discussão séria e independente dos problemas e temas que lhes dizem mais directamente respeito.

Juízes, advogados, magistrados do Ministério Público, solicitadores, funcionários judiciais são profissionais que têm já um longo historial de associativismo até porque a ciência do direito apela e exige um permanente e constante diálogo e os juristas, habitualmente isolados nas suas decisões, têm necessidade de promover o debate de ideias.

O associativismo jurídico, sobretudo dos magistrados, apresenta-se na sua face mais visível para os cidadãos numa vertente sindical e esse activismo sindical tem tido um pendor bastante acentuado, contribuindo de forma indelével para a afirmação da independência dos juízes e do poder judicial perante o poder político.

Existe, no entanto, uma face menos visível do associativismo jurídico, mas não menos importante, e que, a meu ver deverá ganhar cada vez mais visibilidade junto da sociedade civil e que se concretiza precisamente na promoção do debate das temáticas jurídicas em diálogo constante com essa mesma sociedade.

Cabe às associações jurídicas promover uma cada vez maior aproximação à sociedade civil, organizando eventos, colóquios, conferências em que sejam discutidas as grandes temáticas da área da justiça, à margem de um poder político que está refém de um enorme desconhecimento do que se passa no mundo do judiciário, permitindo-se, vezes de mais, fazer leis, promover reformas que estão completamente desfasadas da realidade vivida pelos profissionais do foro.

É fundamental que as associações jurídicas se empenhem num debate profícuo de ideias e que de um modo pedagógico passem uma mensagem esclarecida e clarividente sobre a forma de solucionar os problemas fundamentais da justiça.

Se é verdade que o poder político navega

num profundo desconhecimento do judiciário, inocente ou não, não é menos verdade que mercê de uma sociedade de informação em que uma comunicação social menos esclarecida e isenta debita diariamente uma quantidade imensa de notícias pouco correctas, os cidadãos portugueses têm hoje uma grande desconfiança dos profissionais do direito.

A desconfiança, é, sobretudo, resultado do desconhecimento e é precisamente isso que é preciso mudar e, neste ponto, as associações jurídicas podem e devem intervir.

É claro que uma função pedagógica das associações jurídicas, que permita dar a conhecer aos cidadãos o mundo do direito e dos tribunais acarreta numa sociedade como a de hoje um trabalho de fundo, que não terá resultados a curto prazo, mas que, talvez, a longo prazo, permita uma renovação de mentalidades.

Essa renovação de mentalidades e de cultura tem que ter como fim último que os cidadãos aceitem como um princípio basilar que só uma justiça independente permite afirmar uma democracia.

Esta não é uma ideia que possa ser vagamente conhecida e aceite pelos cidadãos, têm que estar verdadeiramente interiorizada por toda a sociedade.

É fulcral que os juristas, ligados pelo associativismo, que lhes permite obter coesão e voz numa sociedade que apesar de ser apelidada de sociedade de informação, tantas vezes só permite a alguns o acesso a essa mesma informação, discutam os problemas da justiça, avancem soluções e se empenhem no aprofundamento das mesmas.

Tenho como certo que é no seio das associações jurídicas que os caminhos que a justiça portuguesa há-de trilhar vão ser definidos.

Numa época e num país em que a especialização é fundamental é às associações dos profissionais do direito que cabe o papel fulcral de fazer o levantamento dos problemas e a enunciação daquelas que podem ser as soluções, numa primeira fase.

Numa segunda fase, é também às associações jurídicas que cabe um papel fulcral na implementação dessas reformas, com um grau de empenhamento que só os juristas sabem ter quando acreditam numa solução.

Nada disso será, no entanto, possível, enquanto a mencionada alteração de mentalidades não ocorrer.

E é aqui que há necessidade que os profissionais do direito se unam, norteando as suas acções pela função pedagógica de que atrás falei.

Os profissionais do direito, as associações jurídicas, devem procurar unir-se e ter vozes concordantes, para que não reste, para o exterior, afinal, a ideia, que cada uma apenas visa defender interesses corporativos dos seus associados.

Os cidadãos têm uma imagem, não correspondente à verdade, de que os profissionais das associações jurídicas têm como finalidade, tão somente, incrementar os direitos dos seus associados, alimentando guerras entre si.

É claro que há uma judicatura, uma advocacia, uma magistratura do MP, um funcionalismo judicial que tem legítimas aspirações profissionais e estatutárias, mas, no essencial, não são essas aspirações que movem os profissionais do direito.

Há muitos anos que todos estes trabalham por amor à justiça, em tribunais instalados em edifícios decrepitos (eu própria assisti ao desabar de um tecto num tribunal onde exerci funções, tecto esse que só não caiu na cabeça do MP, porque o julgamento que estava a decorrer era da jurisdição cível), sem ar condicionado, sem motoristas para os conduzir a diligências fora do tribunal, e, mesmo assim, com um empenho e um labor dignos de registo.

No essencial, advogados, magistrados, solicitadores, funcionários, estão de acordo e muitas vezes só o empolar, pela comunicação social, de determinadas questões de pormenor, é que faz inculcar a ideia de que existe uma guerra institucional, que, verdadeiramente, não se sente no dia-a-dia judiciário.

É realmente fundamental que as associações jurídicas unam esforços, promovendo encontros nacionais e concertando posições conjuntas, no sentido de assumirem a sua vertente pedagógica e de constituição de uma plataforma de discussão das soluções para a justiça.

O futuro das associações jurídicas passa pelo cultivar da excelência no debate, da

transparência e fluidez do discurso e pelo arrebatador das novas gerações por uma cultura judiciária em que sobretudo os profissionais do direito tenham voz.

Só os profissionais do direito podem fomentar a excelência na discussão do mesmo, de nada servindo ideias, mesmo que muito promissoras, avisadas e inovadoras de economistas, gestores, sociólogos, se não for enformada pelos conhecimentos muito profundos sobre o jurídico que só os primeiros alcançam após muitos anos de labor e estudo.

Foi precisamente nessa senda que em 2003 se realizou o I Encontro Nacional de Associações Jurídicas, em Santarém, dando-se, nessa ocasião, um passo de enorme importância no incremento do associativismo jurídico, fomentando a intervenção da comunidade forense na sociedade portuguesa.

O Movimento de Justiça e Democracia, enquanto associação cívica de juizes portugueses, apoiou essa iniciativa e bem assim o teor das propostas então aprovadas.

É preciso que o espírito subjacente a

essa iniciativa, tendente a uma actuação independente, mas concertada, nos continue a mover, norteados, como então, por uma perspectiva de cidadania e de defesa do interesse colectivo.

Não creio que sejam projectos messiânicos que vão devolver ao judiciário o respeito e o crédito.

Acredito, pois, que existe um futuro para o associativismo jurídico.

Santarém, 28 de Maio de 2011 – 10º Aniversário da Associação Forense de Santarém

## artigo

**Nuno Salpico**  
(Juiz de Direito)

# DOMUS IUSTITIAE ou CAMPUS



O último governo constitucional de uma forma inusitada instalou a maioria dos Tribunais da Comarca de Lisboa num conjunto de edifícios de escritórios, sítos na Expo, designando esses Tribunais de “*Campus de Justiça*”. A par desta nomenclatura, importada dos espaços do ensino universitário, esvaziaram-se esses tribunais de todos os seus símbolos e iconografia própria. O primeiro passo para secar a força duma ideia é subtrair-lhe os símbolos que a representam. Pura propaganda negativa. Essa intenção foi constantemente reforçada, quando esse mesmo Governo, em sucessivos diplomas oficiais, deixou de designar os Tribunais, enquanto tais, passando a referir-se ao sistema de Justiça, a par do sistema da segurança social ou do sistema de Saúde. Era nítida a ideia de desvalorizar os Tribunais como órgãos de Soberania, confinando-os a um sistema entre outros sistemas do Estado absorvente.

Também, nunca foi por sorte que nos edifícios dos palácios da Justiça sempre apareceu encimada a legenda “*Domus Iustitiae*”. Tratava-se efectivamente da *Casa da Justiça*, como símbolo de independência dos Tribunais face ao poder executivo. A substância do *Domus* conta com a noção sociológica e política dos romanos – a casa das famílias patrícias –, e passa pela Idade Média, onde a Casa de Portugal significava a independência do Reino Português face à Casa de Castela. Por sua vez, no plano interno a casa do Rei, era independente da casa dos restantes senhores do Reino, ou se quisermos a casa da Rainha e casa dos infantes como independentes da casa do Rei.

Montesquieu, e depois a Revolução

Francesa, apenas sistematizaram na ciência política a separação de poderes, elegendo a Justiça como um dos poderes independentes, mas essa separação, na prática, já havia sido anteriormente exercida pelos povos. Em regimes antigos umas vezes o exercício do poder judicial aparece informe, outras vezes mais expressa, sobretudo, e apenas, quando os povos se conseguiram afirmar face aos poderes do Estado. Nos tempos da República Romana parte dos tribunos eram escolhidos pelo povo, porém o imperador “...*Cláudio acabou por dar o golpe de misericórdia nas antigas ordens, ao conferir aos seus oficiais o direito de administrarem a justiça. O verdadeiro fim das guerras entre Mário e Sila fora determinar quem é que, dos senadores ou dos cavaleiros teria esse direito.*” (Ver Montesquieu in “*Considerações sobre as Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos*”, pág.119, Lisboa, 2002).

De todo o modo, no curso dessa longa tradição, para além das Casas da Justiça, ainda hoje temos institucionalizada a Casa Civil do Presidente da República, dotada de orçamento próprio, de um quadro de apoio que lhe pertence, e que impõe a independência da Presidência da República face ao Governo e à Assembleia da República.

Assim, também cada Tribunal, como casa da Justiça, “*Domus Iustitiae*” é independente do Ministério da Justiça, tem orçamento próprio, o juiz presidente é o “chefe” dessa casa, administrando os seus espaços, e os juizes como titulares do poder judicial administram Justiça com independência. Importa sublinhar que estes valores não são relíquias, antes são conquistas

da independência e do valor dos povos face às tendências centralizadoras dos governos, estas tão velhas como a ambição dos políticos que preferem ver os Tribunais como “Campus” subjugados, do que como órgãos de soberania.

Para se desvalorizar a independência dos Tribunais não faltam políticos e até alguns juizes (inocentes úteis ou então, gestores de “carreira”), que falam do valor da independência dos Tribunais como de coisas “usadas” e ultrapassadas, antes elegendo, como valores avançados da justiça, as ideias dos tribunais-empresa, ou das metas de concorrência entre juizes. Ora, estas metas são meramente instrumentais, mas à boleia de uma desconstrução desavisada, acabam por permitir e aceitar o domínio dos governantes e dos partidos, como uma coisa moderna, mas que é tão antigo e estafado. Esses ideólogos de oportunidade não se incomodam com o Supremo Tribunal de Justiça apenas composto por juristas de mérito (que não juizes de carreira)... É moderno e avançado colocar altos funcionários do Estado ou do partido (os oficiais do Estado-Administração) como juizes do Supremo. Ou melhor,...o Conselho Superior da Magistratura presidido pelo Presidente da República... Que bom! Mas, com essas “novidades”, recuamos mais de dois mil anos na organização judiciária. A dialéctica da independência dos Tribunais e os apetites de centralização dos políticos repetem-se e debate-se ao longo da história. Cabe ao Povo rejeitar esses recuos retrógrados. O povo e a República Portuguesa têm direito a juizes de carreira, independentes, que administram justiça na **CASA DA JUSTIÇA** ornada com a sua carga simbólica, em nome do povo.



# O juiz presidente: competência, consenso e legitimação.



A efectiva reforma estrutural no sector da justiça que constitui o novo modelo de organização e governação dos Tribunais, numa manifestação dogmática do que alguns autores identificam como a "recomposição da justiça" <sup>1</sup>, tem, com a prevista implementação das duas novas comarcas de Lisboa e Cova da Beira, uma nova etapa.

Valeria a pena, para além das opiniões subjectivas e juízos de valor que cada um tem pelo modelo criado olhar e atender, objectivamente, à desapaixonada, interessante e fundamentada avaliação que foi efectuada sobre a implementação da reforma nas três comarcas em que o modelo foi inicialmente aplicado.

Refiro-me aos trabalhos autónomos e independentes levados a cabo pela ASJP (Gabinete de Estudos e Observatório dos Tribunais, disponível para consulta em [www.asjp.pt/wp-content/uploads/2011/02/Relatorio-ASJP-avaliacao-comarcas-piloto.pdf](http://www.asjp.pt/wp-content/uploads/2011/02/Relatorio-ASJP-avaliacao-comarcas-piloto.pdf)) e pelo OPJ (disponível para consulta em [www.http://opj.ces.uc.pt/pdf/RelatorioA\\_gestao\\_dos\\_tribunais\\_01\\_04\\_2010.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/RelatorioA_gestao_dos_tribunais_01_04_2010.pdf)).

Decorre das duas avaliações, inequivocamente, que a reforma introduzida, recompondo uma territorialização da justiça com mais de cem anos e, em alguns casos, sem qualquer justificação prática que a sustentasse, parece ter conseguido superar as desconfianças que, num primeiro momento suscitou e mesmo, em alguns tópicos, evidenciar uma efectiva mudança do estado das coisas.

Se a concentração de serviços, como elemento catalizador, surgiu como uma das grandes apostas, tendo por base razões de natureza racionalizadora (mas também económica) o legislador apostou no entanto, essencialmente, na questão da especialização como resposta a uma justiça mais rápida e também de maior qualidade para os destinatários do sistema de justiça, ou seja, os cidadãos-

Todo o processo de recomposição territorial pressupõe um novo modelo de governação dos tribunais, com reflexos directos quer na administração e gestão dos tribunais, quer igualmente no sistema de gestão do procedimento ou gestão processual <sup>2</sup>.

A amplitude das reformas não está ainda totalmente avaliada, até porque alguns

deficits na sua implementação que foram constatados, não foram, ainda superados. Assim aconteceu no domínio da gestão de recursos humanos, nomeadamente no que diz respeito aos funcionários judiciais, na gestão financeira, com evidente omissão de meios e autonomia das comarcas e na gestão processual, nomeadamente na densificação e articulação dos poderes que a lei atribui, quer ao CSM, quer ao juiz presidente.

Se o binómio territorialização / especialização conformaram uma mudança significativa nas três comarcas já criadas, nomeadamente na criação de Tribunais especializados em zonas do País onde nunca existiram ou existiam apenas em domínios residuais da jurisdição, a mudança significativa («estrutural», dir-se-ia) criada com a lei, resultou efectivamente da criação da nova figura do juiz presidente e a sua inserção no xadrez da organização judiciária.

Trata-se de uma função «nova» na orgânica jurisdicional nacional e que comporta um conjunto de conteúdos (poderes e deveres) atribuídos ao juiz numa dinâmica que até agora não tinha paralelo <sup>3</sup>.

Como decorre dos relatórios citados, o exercício da função de juiz presidente tem assumido no curto período de vigência nas três comarcas piloto, de alguma forma, a «pedra de toque» do que pode fazer a diferença na execução de um modelo legislativo complexo, com algumas distorções, mas que genericamente colheu a aprovação de todos quantos trabalham na justiça e para a justiça.

E surge, sobretudo, como elemento nuclear para, através da reforma, permitir a concretização de alguns novos princípios sustentados na eficácia e racionalização de procedimentos que pretendem, fundamentalmente, consubstanciar uma melhor justiça para o cidadão.

A figura e o papel atribuído ao juiz presidente são o elemento verdadeiramente inovador no sistema da geografia e governação judicial resultante do chamado «mapa judiciário». As competências que lhe são legalmente atribuídas, quer individualmente quer através do Conselho Superior da Magistratura, são potenciadoras de vantagens na execução do modelo de governação adoptado, sendo muito claras,

nesse sentido, as duas avaliações efectuadas pelas duas instituições referidas.

As experiências «governativas» em execução evidenciam essas vantagens, embora, na prática, decorram mais do desenvolvimento pró-activo de cada um dos presidentes, do que numa actividade coordenada e executada em colaboração com o Conselho Superior da Magistratura, que, neste matéria, claramente como demonstram os estudos citados, tem tido uma «não actuação» concertada e coerente.

O exercício do mandato do juiz presidente, nas três comarcas que já se encontram em vigor, ainda que com perfis diferentes para situações diferentes, prova que o encargo do exercício deve ser assumido por quem tem capacitação para tal.

Recorde-se o que é dito no relatório de Março de 2010 do OPJ: «a criação e densificação das competências ao nível do tribunal de comarca exige uma atenção especial ao perfil, formação e capacitação dos vários intervenientes com funções de direcção e coordenação (...). Esta necessidade assume contornos especiais nos casos do juiz presidente, dada a amplitude das suas competências».

A omissão da formação especializada tem sido, aliás, um dos pontos «negros» do regime, sem que se veja nessa matéria alguma luz ao fundo do túnel, por parte das entidades com competência legal para formar os juizes que pretendam legitimamente vir a exercer essas funções.

Se a competência profissional é claramente um critério fundamental para legitimar o processo de escolha para quem vai exercer as funções de juiz presidente, a legitimação do exercício - como, também, no exercício da função de julgar - exige, antes de mais, uma total transparência no processo de nomeação.

O estabelecimento prévio de requisitos para as condições de concurso e exercício, que aliás se encontram definidos na lei, não se compadece com um «não critério» sustentado apenas na discricionariedade legal do órgão responsável pela nomeação.

Daí que, na falta do que está legalmente previsto mas não concretizado, ou seja a efectiva e específica formação técnica para o desempenho das novas funções de gestão

e governação, «a legitimação pelo consenso»<sup>4</sup> não possa deixar de ser levada em consideração no processo de nomeação dos futuros juízes presidentes.

Alguma perplexidade surge, por isso, perante a decisão do CSM (Aviso n.º 2/2011 de 15 de Julho de 2011) que, num primeiro momento e como critério de candidatura para o cargo de Juiz Presidente das comarcas de Lisboa e Cova da Beira, afirma que «o presidente é nomeado, por escolha, pelo Conselho Superior da Magistratura, em comissão de serviço, pelo período de três

anos, de entre juízes que exerçam funções efectivas como juízes desembargadores e possuam classificação não inferior a Bom com distinção ou exerçam funções efectivas como juízes de direito, possuam 10 anos de serviço efectivo nos tribunais e classificação não inferior a Bom com distinção» e, no mesmo aviso, afirma alternativamente, um “não critério” sustentado no convite e escolha de «um juiz que, reunindo os requisitos legais, não tenha apresentado prévia candidatura ou sido objecto da mencionada proposta».

Sabido que, até hoje, não foi ainda concretizado nenhum processo formativo específico referido na lei como requisito para admissão ao concurso a juiz presidente, a questão do consenso, nomeadamente entre quem “governa” e quem é “governado”, assumiria, por isso, em concreto, uma efectiva fonte de legitimação do juiz presidente nas duas novas comarcas, tanto mais que uma delas é «apenas» a comarca do país onde prestam serviço o maior número de juízes.

<sup>1</sup> Cécile Vigour, “Les recompositions de l’institution judiciaire”, Jacques Comaille et Martine Valuszynski (dir), La fonction politique de la justice, Paris, La Découverte, 2007. p. 47 e ss.

<sup>2</sup> Sobre a gestão processual, em geral, cf. José Igreja Matos, Um Modelo de Juiz para o processo civil actual Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp 116 e ss., «A gestão processual: um radical regresso às raízes», Julgar, n.º 10, pp 123 e ss e Paulo Duarte Teixeira, «A estratégia processual: “da arte da guerra à fuga para a paz”», Julgar n.º 10. p. 151. Sobre a gestão processual na Lei 52/2008, cf. Rui Pinto, «Gestão Processual, tribunais de competência específica, competência em razão de forma e oralidade: quatro reflexões avulsas diante da lei n.º 52/2008, de 23 de Agosto», Revista do CEJ, número 12, 2009, p. 27.

<sup>3</sup> Sobre a reforma da justiça no domínio gestor e concretamente sobre as dúvidas suscitadas no processo, cf. Luís Azevedo Mendes, «Uma linha de vida: organização judiciária e gestão processual nos tribunais judiciais», Julgar, n.º 10, 2010, p. 114 e ss.

<sup>4</sup> Os défices de consenso, nomeadamente na não audição dos juízes das comarcas no processo da sua nomeação, foi criticamente evidenciado por Luís Azevedo Mendes in «Uma linha de vida: organização judiciária e gestão processual nos tribunais judiciais», cit., p. 117



## PINTURA DESENHO RESTAURO



Na escola Arte pel'Arte, o ensino, quer seja da pintura, do desenho ou do restauro decorre em ambiente de grande liberdade criativa, assistida e orientada mas deixando aos alunos a faculdade de escolher e decidir os seus caminhos de realização.

Cada aluno é candidato exclusivo ao seu próprio sucesso. A escola ensina, mas, o mais importante, é o que o aluno aprende, muito para além do que lhe seja ensinado.

É a dimensão do prazer e da realização que nos interessa e a regra é a liberdade de criar e fazer, para lá das convenções e compêndios.

Venha experimentar, condições especiais para Magistrados Judiciais.

Preço e informações: [artepelarte@gmail.com](mailto:artepelarte@gmail.com)

Site: [www.artepelarte.com](http://www.artepelarte.com)



# homenagem

O Movimento Justiça e Democracia, Associação Cívica de Juizes Portugueses, reunido em Assembleia Geral, no passado dia 24 de Setembro de 2010, decidiu atribuir a qualidade de sócios honorários aos Senhores Conselheiros Adelino César Vasques Dinis, Armando Acácio Gomes Leandro, João Carlos de Barros Caldeira, José Gonçalves da Costa e José Manuel de Sepúlveda Bravo

Serra, aos Senhores Desembargadores António Francisco Martins e António Manuel Clemente de Lima e ao Sr. Dr. Raul Eduardo Nunes Esteves.

A atribuição a estas altas individualidades da qualidade de sócios honorários do MJD visou distinguir e homenagear a categoria científica, o mérito intelectual e o contributo ímpar dos mesmos para a dignificação da

judicatura portuguesa e para o surgimento e engrandecimento da nossa Associação.

A homenagem teve lugar num almoço realizado na Figueira da Foz, no passado dia 30 de Abril de 2011, no restaurante Patinhos Eventos, Ladeira dos Caiados, Carapinheira, Figueira da Foz.





# homenagem

14 **Justiça e Democracia** 07 Janeiro 2011 - Julho 2011





# homenagem



[www.mjd.org.pt](http://www.mjd.org.pt)



Delta® 

O café dos cafés

## Nova Qosmo da Delta Q. Prova-se com os olhos



Chegou a nova Qosmo da Delta Q.

Uma máquina com um design único e 100% português, fácil de transportar e capaz de tirar o café Delta que há muito os portugueses se habituaram a beber. Qosmo da Delta Q. A máquina perfeita para o café perfeito.



# O Movimento Justiça e Democracia no associativismo judicial português.



A equipa renovada que dirige o Movimento Justiça e Democracia pediu-me um texto para a revista sobre a importância desta instituição na história do nosso associativismo judicial. Atrevo-me a fazê-lo. Devo no entanto começar por apresentar aos leitores a minha declaração de interesses: sendo membro do MJD desde a sua fundação e actual dirigente da ASJP, tudo o que aqui disser deve ser lido com desconfiança que merece quem julga em causa própria.

Como é que apareci nisto?

Um dia em Almada, já na fase do estágio, no início de 1994, um juiz mais velho abordou-me com um papel na mão, de ar grave e autoritário: – «assina aqui, pá!». Era uma procuração para votar na assembleia geral de 19 de Março desse ano que haveria de eleger pela segunda vez Noronha Nascimento para a presidência da Associação. Partia do princípio que um estagiário assinava sem perguntar e por isso nem se deu ao trabalho de dizer se era para votar em Noronha Nascimento ou no outro candidato, Rui Rangel. Desconfio que seria no primeiro. – «Não sou associado, Sr. Dr.!»; respondi eu. Passou rapidamente para o raspanete: – «tens de te fazer sócio, pá; olha que a associação é que defende os nossos interesses, ouviste?». E virando-se para o outro que o acompanhava: – «estes gajos mais novos não ligam nenhuma a nada, pá; são uma desgraça!».

No meu caso não era bem não ligar nenhuma e talvez não fosse a desgraça. Era uma opção intencional, uma reacção negativa, epidérmica, ao nome “sindical” da Associação que durante mais de 5 anos haveria de impedir a minha “sindicalização”. Quando o fiz, em 22 de Maio de 1997, não foi por ter mudado de ideias quanto à questão de fundo mas por ter passado a distinguir melhor o essencial do acessório.

Entretanto fui fazer o “caminho das pedras” dos jovens juízes pelos tribunais de província, com passagens anuais por Ponte de Sor, Sesimbra e Santiago de Cacém. Nos intervalos dos processos acompanhava as coisas do associativismo, de longe, de vez em quando, com interesse, mas sem grande apego, como sucede quase sempre com os juízes mais novos.

Algures nos finais de 1997, juiz auxiliar

no 13º Juízo Cível de Lisboa, “sindicalizado” há poucos meses, terminava o almoço com o Octávio Diogo, meu colega de curso, ali no restaurante Fronteira, em frente da entrada principal do EPL, e aparece o Raul Esteves, que conhecia de vista dos elevadores e corredores do Palácio da Justiça: – «posso-me sentar?». Queria saber se não achávamos que era preciso dar uma pedrada no charco, se não concordávamos que tinha de haver pluralismo, se nos parecia bem isto e aquilo, enfim, uma imensidão de perguntas desassossegadoras. A verdade é que dias depois dessa “sabatina” estava a assistir a reuniões e a participar modestamente na campanha da candidatura ao CSM do Conselheiro Gonçalves da Costa. Candidato que conhecia e admirava do CEJ e em quem aliás já tinha decidido votar.

Depois veio o resto do pacote: reuniões semanais no gabinete do Rui Penha, jantares conspirativos na Valenciana de Campolide, noites a ensacar papelada para o correio, viagens para levar as “boas novas” aos outros tribunais e secas de “catequização” aos mais novos. Enfim, o caso da minha entrada na política do associativismo não há-de ter sido muito diferente dos outros. Talvez apenas um pouco mais de entusiasmo, mas só isso.

À época discutiam-se assuntos relevantes como a composição do CSM, a LOTJ e o problema dos conflitos de carreira entre juízes e procuradores, o equilíbrio de poderes e deveres processuais juiz/mandatário na revisão dos códigos de processo civil e penal e o controlo político da investigação criminal na revisão da lei orgânica do Ministério Público. Mas o facto é que naqueles anos que antecederam o tal café de fim de almoço com o Raul Esteves pouco sabia das actividades da Associação Sindical. A informação que tinha resumia-se ao que vinha nos boletins, que recebia há pouco tempo, a qualquer coisa que ia vendo ou lendo na imprensa e às conversas de almoço. Como muitos outros juízes sentia que o associativismo judicial se discutia em círculo fechado, apaticamente e com uma agenda que me parecia excessivamente diletante, muito virada para as teorias etéreas e desligada dos meus interesses reais. Via-o realmente como qualquer coisa pouco útil para a Justiça e desinteressante para os juízes.

Orlando Afonso era presidente desde 1996, depois de dois mandatos como secretário-geral, de 1988 e 1992; antes dele, Noronha Nascimento, tinha presidido à Associação durante dois mandatos, entre 1992 e 1994. Essa linha de força personalizada em Noronha Nascimento e Orlando Afonso que dominava sem oposição interna a vida associativa há mais de 10 anos seguidos dava sinais de esgotamento. O único assomo de desafio a esse domínio durante uma década acontecera em 1994, com a candidatura de Rui Rangel contra Noronha Nascimento. A votação no entanto foi demasiado desequilibrada – 88,6% para Noronha e 11,4% para Rangel – para se poder dizer que chegara a haver verdadeiro pluralismo.

Foi neste contexto que surgiu a candidatura ao CSM do Conselheiro Gonçalves da Costa contra a do Conselheiro Joaquim de Matos apoiada pela Associação – “Ousar Mudar / Justiça para o Cidadão” era a tal pedrada no charco de que o Raul Esteves nos queria falar. Para além do carisma pessoal de Gonçalves da Costa, marcante para muitos dos seus auditores no CEJ, foi sobretudo esse factor da novidade, de ser contra a linha da Associação, que congregou à sua volta um conjunto significativo de juízes. Os mais novos, anónimos e sem qualquer passado nos cargos associativos ou intervenção visível, os que quatro anos antes tinham estado ligados à candidatura derrotada de Rui Rangel e ainda alguns mais velhos, das lutas antigas, dos tempos anteriores a 1988.

O êxito alcançado por Gonçalves da Costa na eleição, inesperado para muitos, mostrou que era possível e que estava na altura de mudar. O instrumento dessa mudança teria de passar necessariamente pela disputa das eleições associativas e pela contestação à direcção de Orlando Afonso. No entanto, parecia difícil fazê-lo sem organização, sem implantação e sem reconhecimento interno – nos primeiros tempos quando íamos a certos tribunais falar com os juízes éramos recebidos com frieza, desconfiança e até, algumas vezes, com falta de educação, como se estivessemos a usurpar alguma coisa que não nos pertencia. A agregação na entidade orgânica que viria a constituir o “Movimento Justiça e Democracia”, que de alguma maneira desviava o desgaste da exposição

peçoal, foi pois o processo natural para superar aquelas dificuldades.

Qual foi a importância do MJD no associativismo judicial? Era esta a pergunta do início. É difícil dizer com rigor. Até porque ainda não passou o tempo suficiente para ver com nitidez o que ficou de positivo e negativo daquelas lutas.

Mas se tivesse de resumir tudo a uma ideia central diria que o principal feito do MJD foi plantar a semente da renovação e do rejuvenescimento do associativismo, numa fase em que chegava ao fim um ciclo. Como já tinha acontecido a meio da década de 80 quando Martins da Fonseca e Pinto Monteiro sucederam a Cura Mariano e mais tarde quando Noronha Nascimento e Orlando Afonso, nas presidências de Rodrigues da Silva e Castelo Paulo, destronaram os anteriores. Nas organizações desta natureza os choques geracionais são a coisa mais natural do mundo. Chega sempre uma altura em que os mais velhos passam a encarar os problemas com resignação, enquanto os mais novos encontram nesses problemas os desafios que lhes despertam a energia para procurar soluções.

Ao encarmos isto com desprendimento e naturalidade estamos em condições de afastar dois mitos que marcaram a retórica inflamada da época.

O primeiro mito, em que nós acreditávamos por termos uma visão incompleta da história, era o de que o MJD ia inventar a democracia interna e o pluralismo na associação. É verdade que vínhamos de um período de 10 anos de domínio do mesmo grupo. Mas também é verdade que esse grupo tinha lutado para impor as suas ideias, numa eleição muito renhida, que vencera com 52% dos votos em 1988. E mesmo no período anterior, de 1975 até 1988, em 6 eleições, 3 tinham sido plurais e 3 de lista única. Por isso, o problema não era exactamente falta de democracia interna e de rotatividade eleitoral, mas sim falta de condições formais e estatutárias para apresentar um projecto alternativo, que não fosse cilindrado pelo desajustado e perverso mecanismo do voto por procuração (as tais procurações que os juízes mais velhos punham à frente dos mais novos para assinarem de cruz) como tinha sido o de Rui Rangel.

O segundo mito, que os nossos opositores gostavam de espalhar mesmo sem acreditar nele – e que o tempo desmentiu –, era o de que o MJD era um fenómeno transitório, sem expressão, de um grupo de ambiciosos que iam destruir a Associação (o que se dizia era bem mais antipático mas como sou de aceitar as coisas com desportivismo, adiante...). Isso de facto não aconteceu. O que se passava não era nada de muito estranho ou original, era apenas a chegada do próximo ciclo de renovação geracional a impor-se “à força”.

A meu ver não existia em 1998, como não existe agora, um traço evidente e único que distinga com nitidez os juízes apoiantes do MJD, por contraposição aos restantes. Podemos encontrar, quando muito, sinais, tendências ou características mais presentes

num ou noutro lado.

A primeira e mais óbvia era a geracional. Como já disse, o MJD era essencialmente constituído por juízes de primeira instância, sem qualquer percurso nos órgãos associativos, todos formados no Centro de Estudos Judiciários, muitos anos depois da revolução de 1974. A Associação, ao contrário, era dominada por um grupo de juízes mais velhos, com vasto apoio nos tribunais superiores, que tinham iniciado a carreira e a intervenção associativa nos anos a seguir à revolução, no período das grandes conquistas estatutárias e da concepção e aprovação dos instrumentos legais do novo poder judicial: a Constituição, o Estatuto dos Magistrados Judiciais, a Lei Orgânica do CSM, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a Lei Orgânica do Ministério Público e a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais.

A esta diferença geracional correspondia também de certo modo uma diferença cultural. O associativismo saído do 25 de Abril era vincadamente sindical e ideologicamente conotado com o movimento associativo laboral e os sectores “progressistas” da sociedade. Ao longo dos tempos essa marca vinha-se desvanecendo mas no final dos anos 90 ainda se manifestava, por exemplo, no apego a um discurso muito sindicalista e na escolha dos principais parceiros externos da Associação, ligados à esquerda política: “*Asociación Jueces para la Democracia*”, que em Espanha representava e representa os juízes próximos do partido socialista daquele país, e MEDEL (*Magistrados Europeus para a Democracia e Liberdade*), que ainda hoje se anuncia como agrupamento de “associações progressistas de magistrados”.

Para os juízes que formaram o MJD as questões da política e da ideologia, da esquerda e da direita, nunca se colocaram, nem como elemento agregador nem como objectivo de actuação nem sequer singelamente como tema de conversa (orgulho-me de não fazer a mínima ideia das preferências partidárias dos colegas com quem percorri este caminho). Interessavam-nos, sobretudo, as questões ideologicamente neutras do judiciário, da jurisdição e da representação dos juízes. Por isso penso que o surgimento do MJD representou o início do fim desse associativismo ideologicamente marcado que vinha dos tempos da revolução e que hoje é inaceitável.

Esse traço identificador da cultura da Associação, a sua neutralidade ideológica, é o cimento que permite ainda, passados 35 anos, unir todos os juízes debaixo da mesma representação. Manter o associativismo ideológico dos primeiros tempos para além da sua vida natural teria trazido inevitavelmente para as disputas eleitorais factores de diferenciação política que depois se revelariam no discurso e prática das direcções. Nesse panorama, seria extremamente difícil, ou mesmo impossível, continuar a albergar de forma tranquila todos os juízes sob a mesma Associação representativa.

O figurino sindical ou não sindical da associação foi assunto muito debatido no

seio do MJD sem que alguma vez se tivesse chegado a um consenso total. É verdade que no MJD sempre houve uma maior abertura para discutir este problema e para encarar as vantagens e desvantagens de avançar (outros diriam retroceder) para um novo modelo de associativismo, que pudesse representar os juízes de forma mais ampla, fora do espartilho do sindicalismo. No entanto, dentro do MJD também sempre existiram juízes que consideraram o “sindicalismo” como elemento identificador essencial da associação dos juízes. Seja como for, na comissão de revisão de estatutos criada em 1999, já o MJD propunha que a expressão “sindical” caísse da designação da associação (sem modificação da sua natureza jurídica) devendo passar a chamar-se “Associação dos Juízes Portugueses”.

Julgo, portanto, que o problema da natureza jurídica e da designação sindical da Associação, embora com adeptos dum lado e doutro, é um factor diferenciador em relação aos sectores mais conservadores que dominavam o associativismo e se recusavam terminantemente a discutir sequer o assunto. Sectores que ainda têm influência e que continuam a recusar de forma inflamada e emocional essa discussão – ainda há tempos numa reunião do Conselho Geral da ASJP um dos seus membros, para justificar a sua recusa sequer em admitir essa hipótese, convencido do peso desse derradeiro argumento, se referia à Associação como “o meu querido sindicato”.

Se olharmos hoje para a Carta de Princípios do MJD, de Outubro de 1999, e se a compararmos com os documentos associativos da época, facilmente encontramos factores de diferenciação cultural que ultrapassam as questões geracional e sindical. Ética, responsabilidade e diálogo social, comunicação, transparência, fiscalização democrática, dimensão humanista da jurisdição, por exemplo, são conceitos que o MJD não inventou mas que trouxe para o centro da discussão associativa. Poderia dizer, para simplificar, que naquele fim de ciclo associativo o discurso dos representantes dos juízes se centrava sobretudo nos problemas inerentes à relação juiz/Estado, que tinha muito a ver com os direitos funcionais e profissionais, e que para o MJD isso era demasiado redutor, pois não atendia a uma outra dimensão mais institucional, caracterizadora do poder judicial como parte integrante da organização política do Estado, que apelava aos valores da relação juiz / Cidadão, que tinham muito mais a ver com deveres do que com direitos.

Outro traço distintivo que a meu ver pode caracterizar o aparecimento do MJD foi a rejeição do modelo seguido até então de permeabilidade e influência entre a Associação e o CSM.

De facto, até 1995 a lei permitia que a Associação apresentasse listas para as eleições do CSM e essa prática nunca deixou de ser utilizada para colocar no órgão de gestão e disciplina dos juízes elementos de confiança da Associação e muitas vezes os seus próprios membros em fim de mandato.



O expoente máximo dessa prática ocorreu na eleição de 1993, em que a ASJP “exportou” para o CSM nada menos do que quatro dos seus membros: o presidente, o secretário-geral e dois vogais. Na primeira eleição que se realizou depois da revogação da norma do EMJ que permitia a indicação de listas pelas associações sindicais, ainda assim a ASJP não deixou de o fazer, fazendo eleger o presidente da sua própria assembleia-geral como vice-presidente do CSM. Essa prática da ASJP apoiar institucionalmente listas para o CSM foi-se atenuando mas perdurou até muito recentemente.

Os juízes que compunham o MJD tinham estado envolvidos na candidatura do Conselheiro Gonçalves da Costa, em que um dos temas centrais do debate eleitoral foi exactamente o dos efeitos perversos dessa cultura de promiscuidade entre os dois órgãos. Por isso, não admira que o MJD, contra a cultura dominante da época, se tivesse pronunciado desde o início contra essa mistura entre a gestão e disciplina e representação institucional e profissional. Isso está bem presente na Carta de Princípios e no primeiro programa eleitoral para a associação “Um compromisso com a Justiça / Um projecto para os Juízes”.

Vistos a traços largos os factores que de forma tendencial podem caracterizar a originalidade do MJD no contexto em que surgiu, ficou também elencada muita da sua contribuição para a renovação do associativismo. Já me referi a quatro marcas importantes: o fim do associativismo ideológico, a conjugação da representação profissional e institucional, a consciência das dificuldades causadas pelo figurino sindical e a maior responsabilidade mútua entre a Associação e o Conselho. Falta uma, que pode parecer apenas instrumental ou forma, mas que a meu ver é muito mais do que isso.

Em 1999 o MJD forçou uma alteração dos estatutos da Associação que abriu a porta a uma mudança decisiva do ciclo associativo. Esta revisão estatutária aperfeiçoou os mecanismos de democracia e participação interna, através, principalmente, da consagração do voto directo, pessoal e por correspondência, com a consequente proibição do voto indirecto

por procuração, e da criação de um órgão proporcionalmente representativo das tendências concorrentes à eleição, com funções de fiscalização e acompanhamento da actividade da direcção nacional.

Mas os novos estatutos foram absolutamente centrais na instituição completa e verdadeira da unidade associativa iniciada formalmente em 1975, pondo fim aos desadequados e ultrapassados mecanismos estatutários que davam à Regional Norte uma preponderância excessiva, desnecessária e prejudicial, que vinha do tempo em que tinha sido necessário conciliar interesses e poderes repartidos para unir as associações. O desmantelamento desses mecanismos de fragmentação do exercício poder associativo operou-se sobretudo com a redução das competências das direcções regionais, com a diluição do princípio da representação directa e externa dos associados da respectiva área, com o fim da inscrição dos associados nas regionais e da arrecadação repartida das respectivas quotas e com a eliminação das assembleias regionais, que serviam para legitimar em “referendos locais” tomadas de posição rebeldes à orientação e estratégia da direcção nacional.

Este objectivo estratégico foi assumido desde o início pelo MJD como essencial para a renovação do associativismo que se pretendia alcançar. Estou convencido de que os sectores mais conservadores que dominavam a direcção da associação só aceitaram dar início ao processo de revisão estatutária porque não perceberam esse objectivo em toda a sua extensão. Ainda bem.

O aparecimento do MJD não foi o fim daquele ciclo de poder a que me referi há pouco. Depois disso, Ferreira Girão e Baptista Coelho, com apoio dos sectores que identifiquei como mais conservadores, ligados ainda às figuras de Noronha Nascimento e Orlando Afonso, haveriam ainda de ganhar as eleições associativas em 2000 e 2003. Mas, as vitórias, em 2006 e 2009, de António Martins, apoiado pelo MJD, só foram possíveis porque a semente tinha sido lançada à terra uns anos antes.

As possibilidades de alternância no nosso associativismo judicial encontram-se agora afuniladas numa espécie de

“bipartidarismo” interno. Fora do quadro de um grupo orgânico, com grande implantação nacional, semelhante aos actualmente existentes: “Movimento Justiça e Democracia” e “Fórum Permanente Justiça Independente”, torna-se realmente difícil apresentar uma candidatura, que exige implantação nacional e apresentação de 60 candidatos, mais mandatários e proponentes. A maior parte dos juízes portugueses não pertence a nenhum desses “partidos”, MJD e FpJI, mas está obrigado a votar nas listas por eles apoiadas. O que pode afastar do associativismo juízes com menos implantação ou notoriedade mas com igual ou maior valor do que aqueles ali agrupados. Isto é redutor e precisa de ser pensado.

Não hei-de ser eu a fazer o balanço do que se fez de bem e de mal, porque estou demasiado comprometido para ter uma visão objectiva e distante. Limitei-me, pois, de forma simples e breve, a deixar aqui uma visão pessoal daquilo que pode ter sido o contributo do MJD para a renovação do nosso associativismo judicial.

Chegámos a 2011 com uma equipa renovada de juízes na direcção do MJD. É assim que tem de ser. E se permitem a um “velho fundador”, como é o meu caso, deixar aqui alguns conselhos, pois eles aqui vão.

A Associação não é das tendências, é dos juízes todos. Por isso, o MJD nunca deve ter a tentação de se querer substituir à vontade dos juízes ou de pensar que é dono dela. Se um dia isso acontecer, significa que o seu ciclo chegou ao fim e que está na hora de sair de cena.

Do mesmo modo o MJD nunca foi um mero grupo de pessoas mas sim um centro de debate de ideias e um viveiro de cultura judiciária. As lideranças vão e vêm e o que fica para a história não são as pessoas mas o que elas fizeram ou não fizeram. É pois importante que o MJD tenha essa consciência e perceba que no dia em que perder esse traço distintivo deixará de fazer falta.

Por fim, o MJD não é eterno. Ainda bem que não é. Penso que ainda estamos longe desse momento, mas é preciso que em devido tempo haja humildade e lucidez para perceber que a energia se esgotou. Aí, nesse momento, há que dar lugar a outros que façam mais e melhor.



# A Justiça é Cega?



Amiúde ouve-se a afirmação a “Justiça é Cega”? Será?

Normalmente, este lugar comum anda associado à ideia da Imparcialidade da Justiça: impossibilitada de “ver”, a Justiça não pode distinguir os sujeitos que tem de julgar, tratando por isso, de modo igual, tanto os humildes como os poderosos. Nesta perspectiva, a “Justiça Cega” é sinónimo de imparcialidade e de objectividade.

Mas também há quem, com ironia, associe a “cegueira” da Justiça à incapacidade de o “Sistema” perseguir todos os criminosos: deixando escapar quem tem posses para se defender ou que milita em certos círculos e, perseguindo eficazmente apenas os que não têm influência nem artimanhas para contornar as suas malhas. Neste ponto de vista, inversamente, a “Justiça Cega” é parcial e incapaz. Melhor seria que tivesse “os olhos abertos”...

Mas, assim, há duas Justiças: uma que “não vê” e outra que “só vê” o que lhe interessa.

Esta visão dicotómica da Justiça, muito remotamente, tem alguma razão de ser: há efectivamente uma Justiça “De Olhos Abertos” e outra “De Olhos Vendados”. Não significando, porém, que uma seja mais (ou menos) imparcial, objectiva e eficaz que a outra.

A diferença está na simbologia, no modo como se personifica a Justiça.

Tentemos perceber.

A eloquente lição do Prof. Sebastião Cruz – Ius. Directum (Directum); Coimbra 1974 – esclarece, categoricamente, que esta questão das “Duas Justiças”, *uma que vê e outra que é cega*, tem a ver com a existência de dois símbolos do Direito, o símbolo grego e o símbolo romano, as diferenças entre eles e a respectiva significação.

Assim, no que toca ao símbolo grego:

“...No tempo de Hesíodo, é representado pela deusa *Dikê*, filha de Zeus e de *Thémis*, administrando a justiça detendo uma espada na mão direita e, na mão esquerda uma balança de dois pratos, sem fiel ao meio, estando de pé e de olhos bem abertos; era pela balança que ela dizia o que era justo, quando havia direito; isso sucedia quando os dois pratos da balança estivessem iguais (*isos*)”. O justo é o que era igual.

Já o símbolo romano completo do Direito, na República, “...é representado pela deusa *Iustitia*, que administra a justiça mediante uma balança de dois pratos, mas com fiel bem ao meio, que ela segura com as duas mãos, de pé e de olhos vendados”. “A *Iustitia* dizia o direito quando o fiel da balança estivesse a prumo, recto (*rectum*), perfeitamente recto (*de+rectum*)” – aliás, daqui derivam os vocábulos, direito, derecho, diritto, droit, recht, reight, nas diferentes línguas.

São perceptíveis as diferenças: a deusa grega “de olhos abertos” e a deusa romana “de olhos vendados”. Isto a par de uma segurar uma espada e a outra prender a balança com ambas as mãos.

A deusa de olhos abertos, via; a deusa de olhos vendados, ouvia.

A visão e o ouvido são dois dos mais importantes sentidos. A vista, “...para indicar as abstrações, o especulativo, o saber-puro, a sapientia... o ouvido, relativo ao valorativo, à prática, saber-agir, à prudentia”.

A *Dikê*, de olhos abertos, revela a concepção que os gregos tinham do direito: “... uma concepção mais especulativa, abstracta, mais de generalizações”.

A *Iustitia*, de olhos vendados, “...mostra uma concepção do direito mais de um saber-agir de uma prudentia, um equilíbrio entre

a abstracção e o concreto ... daí, os juristas romanos clássicos não elaboravam teorias gerais, mas uma construção jurídica do caso prático”. Além disso, para os romanos era importante a oralidade, o negócio jurídico mais corrente, a *stipulatio*, era oral.

Aos gregos, interessava conhecer o direito e executar conforme ao direito; por isso a espada.

Aos romanos interessava dizer quando há direito, o *ius-dicere*.

Percebem-se então as diferenças e porque há “duas” Justiças.

Assim sendo e respondendo agora à pergunta inicial: **a Justiça não é cega!**

Pode é surgir, simbolicamente representada, com os “olhos vendados”, mas também figurar de “olhos bens abertos”.

E ter os “olhos vendados” ou “abertos” nada tem a ver com a ideia de imparcialidade, objectividade ou sequer com a eficácia da Justiça, ou de ser tolerante com os poderosos e impiedosa com os humildes, tão-pouco de ter uma malha apertada para uns e larga para outros.

A justiça de “olhos vendados” não é nem melhor nem pior que a justiça de “olhos abertos”. Representam diferentes símbolos, culturas e modos de ver, entender e aplicar o Direito.

**A final, a Justiça vê!**

Um pequeno desafio: observem nos tribunais em que desempenham funções se existem representações dos referidos símbolos do Direito, em painéis, esculturas, relevos, vitrais: *Dikê* de “olhos abertos”, espada na mão e balança na outra; *Iustitia*, de “olhos vendados”, segurando a balança com as duas mãos.



## câmara da história

A rubrica “Câmara da História”, que agora se inicia, dará notícia de coisas antigas que vêm de longe e que por vezes se renovam. A Justiça desde o início da nacionalidade era dos principais fins do Estado e dos interesses mais marcantes do nosso país. Nesta câmara

podem novamente ecoar o estilo e a estética de preocupações e acções de homens de que ainda hoje sentimos a sua importância; a graça de vários episódios sugestivos, bem, como a temática da iconografia da Justiça, têm aqui o seu espaço.

# Balanço da Actividade do C.S.M.



Decorridos que são cerca de quinze meses desde que os Juizes portugueses, ao votarem os seus representantes para o Conselho Superior da Magistratura, entenderam conferir a maioria à lista A, incumbe fazer o balanço daquilo que, consoante o programa eleitoral que então foi apresentado a sufrágio, veio a ser realizado.

Num primeiro passo, não se deixa de realçar que, contrariamente àquilo que constituiria um discurso fácil, não nos iremos refugiar num juízo segundo o qual a crise em que o País se encontra mergulhado (e ela não é só de cariz económico-financeiro, mas também uma crise de valores, de cultura, de postura social e de falta de confiança nas instituições, em particular quanto à Justiça – esta última, como todos os Magistrados facilmente intuem, surgida até anteriormente e fomentada por sectores e interesses que nada mais visavam do que o seu mero desprestígio, sem curar de atender que esse desprestígio conduz necessariamente à degradação da democracia e do Estado de direito) é a desculpa para o não alcance, até ao momento, da totalidade dos objectivos programáticos que nos propusemos.

E não o faremos porque não só entendemos que é perante momentos de crise que se impõe o recurso à imaginação e um maior desenvolvimento de esforços que permitam «dar a volta por cima», mas também, e principalmente, porque os Juizes portugueses, perante ela, têm o direito de exigir ao C.S.M. – instituição que, embora sendo a sua «própria casa», sobre eles tem a competência de gestão, de disciplina, de representação frente aos demais poderes do Estado e, não menos importante, tem de prosseguir o dever de defesa do seu prestígio e de contribuição para um desempenho em que se não atenda somente à exigência de sacrifícios –, precisamente em face da actual situação, que actue de molde a minorar os respectivos efeitos quanto à importantíssima missão que está confiada aos Magistrados, mas que a sociedade (ou alguma parte dela e, pelos menos, determinada comunicação social) tudo faz para esquecer.

Não é curial enunciar, agora e a título de lembrança, as vinte e oito principais propostas

que iluminaram a candidatura da lista A.

O que se impõe, isso sim, é fazer uma indicação daquilo já foi conseguido nestes cerca de quinze meses, mau grado os inúmeros escolhos que foram surgindo, muitos deles decorrentes do modo como o C.S.M. é composto e – haja coragem para o afirmar – da forma «anquilosada» e totalmente carente de meios como funciona.

Não se deixará, no entanto, a final, de fazer referência ao que ainda não está alcançado, pois que temos para nós que aos eleitos é ou deve ser exigida pelo eleitorado a humildade de reconhecer as «falhas» e o menos bem conseguido, justamente porque só assim têm aqueles o dever de melhorar a actividade já prestada e continuar uma outra, certamente revestida de maior penosidade, para completar aquilo que se propuseram e que «devem» ao eleitorado.

2. Com estes parâmetros, o C.S.M., do decorrer do actual mandato, e não obstante se ter deparado com a existência de um orçamento que nem sequer lhe permite prover os lugares de adjunto ou de assessor previstos na sua Lei Orgânica, por forma a que possa responder com propriedade às inúmeras solicitações que (conquanto, na generalidade, com um reduzidíssimo prazo) lhe são enviadas pelo poder legislativo), almejou já que um Magistrado Judicial (muito embora a tempo parcial) viesse a colaborar no Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Vogais (tencionando-se, no futuro, a colaboração, em sistema semelhante, de outros Magistrados) com o intuito de ultrapassar a realidade que se deparava, sendo certo que nunca, até ao momento, deixou de se pronunciar sobre os projectos legislativos sobre os quais é auscultado, não se eximindo ainda, quando necessário, de estar presente e ser ouvido, por intermédio de seus representantes, perante os órgãos daquele poder, designadamente a Assembleia da República.

A este órgão legislativo por excelência teve o Conselho oportunidade de, aquando da entrega do seu relatório de 2010 e plano de actividades, expor e significar as dificuldades com que se deparava que, em muitos pontos, não são, afinal, consonantes com as missões que constitucional e legalmente, lhe

estão confiadas.

Ainda neste particular, releva recordar a posição assumida pelo Conselho Superior da Magistratura aquando da recentemente intentada revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais, pugnando pela manutenção, tão incólume quanto possível, do núcleo central das prerrogativas dos Juizes, da manutenção de um estatuto remuneratório idêntico ao anteriormente desfrutado e do estatuto da jubilação, contrariamente àquilo que se apresentava como intenção do legislador.

Numa altura em que, não obstante uma (aos olhos de muitos) indefinição sobre o processo de implementação das novas comarcas, o executivo e os seus órgãos de administração desejaram, há pouco tempo, efectuar desde logo determinadas medidas sobre o «destino» ou «sediação» de processos que iriam, depois de ser concretizada aquela implementação, ficar afectos a outros Tribunais, o C.S.M. adoptou uma atitude de firmeza, pois que parecia que as medidas desejadas atendiam a muitos factores excepto aquilo que relevava aos Magistrados e às próprias partes.

O C.S.M., embora desprovido, no actual mandato, de Gabinete de Imprensa ou de Assessoria de Imprensa (por inexplicável carência orçamental e, quiçá, por algum menor interesse demonstrado por uma confortável maioria na sua composição), tem, na medida das suas possibilidades – e estas, na prática, reduzem-se à actividade pessoalmente exercida pelo signatário e pelo seu Chefe de Gabinete – tentado ser o órgão que, mercê do natural dever de reserva que impende sobre os Juizes, dá a conhecer à sociedade, com rigor, as explicações que se impõem quando estão em causa notícias ligadas à concreta actividade desenvolvida pelos Tribunais.

Inexplicavelmente também, no que respeita à comunicação com os cidadãos e outras entidades, não obstante «promessas» institucionalmente já realizadas pelo *ITI*, não conseguiu ainda ter acesso informático às peças processuais que são alvo de «queixas», exposições ou pedidos de esclarecimento, o que redundava em ocasionar aos Juizes uma perca inusitada de tempo para responderem à múltiplas solicitações que, a esses propósitos,



lhes são dirigidas pelo Conselho ou, até, no recurso aos seus serviços de inspecção, com tudo o que de menos positivo pode resultar deste última acção, até para a sua própria imagem.

No que respeita aos referidos serviços inspectivos, assinala-se que foi já deliberada e executada uma «cisão» entre o que deve ser considerado a actividade inspectiva tendente à avaliação do mérito de desempenho dos Magistrados Judiciais e aquela outra atinente ao exercício do poder disciplinar, e isso por forma a que uma não influencie outra e que as naturais decorrências em termos de produtividade e celeridade dessas actividades, designadamente da segunda, fossem alcançadas, ao que acresce que foram objecto de alteração os critérios regentes da escolha dos inspectores judiciais e da própria renovação das respectivas comissões de serviço.

É certo – e disso a maioria dos Juízes tem consciência – que, em algumas áreas, os planos de inspecção estão gravemente atrasados.

Muito embora, por mais de uma vez, o Conselho tenha proposto um aumento do seu quadro de inspectores (pretensão que obteve sempre resposta negativa), o que é certo é que de tais atrasos ele tem o dever de se penitenciar, indo o signatário, a breve trecho, colocar ao plenário esta questão, intentando, por essa forma, obter algumas medidas que minorizem os graves inconvenientes resultantes desses atrasos.

Também no campo do seus poderes de disciplina, deliberou o Conselho avocar a decisão a proferir nos procedimentos disciplinares visando os funcionários judiciais, quando estejam em causa participações formuladas por magistrados judiciais.

Tem sido objecto de preocupação constante do Conselho a fiabilidade do sistema informático *Citius*, tendo, inclusivamente, tomado uma posição quanto à «materialização» processual – segundo os adequados critérios dos Magistrados Judiciais e contrariamente ao que se encontrava regulamentarmente definido –, do que resultou a emissão de nova norma regulamentar diversa da primitivamente instituída. O acompanhamento e a dação de sugestões, na sequência dos problemas que têm sido colocados pelos Juízes quanto à falta de fiabilidade e previsão de algumas situações de gestão processual, tem sido permanente e, por vezes, tem tido frutos positivos, como, aliás, se poderá aquilatar pelas «circulares» e «divulgações» emanadas deste órgão.

Foi, pela primeira vez (muito embora tivessem já decorrido cerca de dois anos sobre o início do seu funcionamento) determinada uma forma institucional de acompanhamento das novas comarcas instituídas pela Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, para tanto se encarregando um grupo de trabalho composto também por Magistrados Judiciais não Vogais do Conselho, estabelecendo-se ainda, em sede deste órgão, um denominado «Conselho dos Presidentes de Comarcas», com vista a um claro despiste

das realidades existentes e auscultação de medidas, legislativas ou outras, a tomar e que se mostrem mais consentâneas com aquelas deparadas realidades.

Embora o respectivo relatório aguarde que o plenário sobre ele se pronuncie, o signatário ousa dizer que tem nele orgulho, pois que, na sua perspectiva, o mesmo não deslustra o que já foi explanado sobre a matéria por outras entidades (que não as governamentais) e constitui, seguramente, uma base atendível pelo executivo, pelo legislativo, pela administração e pelo próprios Juízes para a impoção e resolução dos problemas na matéria.

Têm sido colocadas aos pertinentes organismos do Ministério da Justiça as situações de carência de meios e deficiências (quer humanos, quer de instalações) que têm vindo a ser detectadas pelo CSM, especialmente em seio da Secção de Acompanhamento e Ligação aos Tribunais Judiciais, propondo-se, muitas vezes, sugestões concretas de resolução. Toda esta actuação não deixa de ser iluminada com o firme propósito de o Conselho se posicionar, frente aos demais poderes do Estado, como um real parceiro estratégico nas questões atinentes aos Tribunais.

Foi determinado um estudo, já concluído, sobre a temática dos valores de referência processual, seja para a 1.ª, seja para a 2.ª instância, com o intuito de ser o C.S.M. dotado de dados substanciais e curiais que permitam definir, com rigor, aquilo que comumente é designado pela «Contingência Processual».

Entende-se que esta matéria se reveste da maior importância, pois que possibilitará uma mais consistente na avaliação do exigível (não deixando isso ao critério mais ou menos subjectivo dos serviços inspectivos) e uma maior adequação quanto à definição da futura realidade judiciária.

Ponderando as exigências de transparência que devem ser formuladas ao Conselho, foi determinada, com ressalva das matérias de índole reservada, a publicação, no seu *site*, da totalidade das suas deliberações, estando, no momento, a decorrer uma compilação das deliberações de carácter permanente que se devam considerar vigentes. Se bem que aquele *site* ainda não constitua um repositório tão completo quanto possível de todas as suas actividades, permissor aos Juízes de um atempado e completo conhecimento do que se passa na sua instituição de gestão e disciplina, existem já planos para a sua reformulação, de sorte a serem atingidos tais objectivos.

Foi levada a efeito a reformulação do regulamento de proposta de equiparação dos Juízes a bolseiros, por forma a definir, de forma justa e adequada, a actuação do CSM quanto aos pedidos que lhes são endereçados.

Estão em curso de desenvolvimento (a maioria já apresentada), com vista à sua ulterior apreciação, projectos de novos Regulamento de Autorização de Frequência de Actividades de Formação Académica, Estágios ou Actividades de Formação de Cariz não Académico, Regulamento de

Férias e Faltas de Magistrados Judiciais e Regulamento de colocação e nomeação de Juízes Pertencentes aos Quadros Complementares (vulgo, «bolsas de Juízes»).

Para além de alterações pontuais, já ocorridas, do vigente Regulamento das Inspecções Judiciais, está criado um grupo de trabalho visando a elaboração de um novo corte regulamentar sobre a matéria.

Dada a impossibilidade de, à totalidade dos Magistrados Judiciais da 1.ª instância, ser conferida a formação adequada, designadamente tendo por referência o que se encontra preceituado no números 2 e 3 do art.º 44 do Estatuto dos Magistrados Judiciais, situação que se agravou quando a totalidade das acções de formação efectuada pelo Centro de Estudos Judiciários passou a obedecer a um *numerus clausus*, o CSM, nos dois pretéritos movimentos judiciais ordinário (e, bem assim, tenciona continuar a fazê-lo nos vindouros, enquanto a situação não estiver alterada), deliberou no sentido de não atender à mencionada prescrição.

Perante a descrita realidade, o Conselho tem efectuado, e intenta continuar a efectuar, acções de formação de Magistrados Judiciais, mais incidentes sobre novas realidades (v.g. a gestão e administração das novas comarcas, o regime processual civil experimental e o processo executivo), ponderando uma diversificação geográfica quanto à respectiva realização. Note-se que, quanto ao regime do processo civil experimental, muito embora tivessem sido levadas a efeitos duas acções de formação, a DGAJ «sugeriu» (!) ao Conselho que deveria suspender as outras acções já agendadas quanto a esse tema, uma vez que a extensão a outras comarcas e juízos de tal regime não iria ser implementada no imediato.

Tem havido estreita colaboração com a Procuradoria-Geral da República, nomeadamente sendo dadas a conhecer as intenções de colocação de Juízes auxiliares, por forma a que essas colocações não possam, eventualmente, redundar numa menor produtividade objectiva, quando se reclame a intervenção processual do Ministério Público.

Tem sido prosseguida uma actuação de transparência e proximidade com os Juízes levada, designadamente, a efeito pelos Vogais Juízes eleitos da 1.ª instância.

Neste ponto, todavia, na visão do signatário, por vezes estar-se-á porventura perante uma actividade que, pontualmente, é carente de uma forma de centralização ou de conhecimento centralizado, o que vai implicar a adopção de medidas concretas que, quiçá também, não serão aquelas que conduzem ao melhor resultado na «gestão diária» ou são acolhidas com o maior favorecimento pelos Magistrados.

Porém, sempre se poderá sustentar que estas e similares situações não deixam de representar o «preço» da forma de composição do Conselho.

O Conselho não tem deixado, mesmo na presente situação, de pugnar pela necessidade de formação de novos Juízes, de molde a que a Justiça se não veja alvo dos cada vez mais propalados epítetos de morosidade, e de for-

mação complementar dos já em funções, posicionamento este que, inclusivamente, tem suscitado no poder executivo algumas reservas.

3. Como acima ficou exposto, às exemplificadas tarefas fundamentais que se entroncam no programa da lista A, haverá que sublinhar aquelas que ainda não foram conseguidas (a grande maioria por alegadas dificuldades financeiras).

É o caso da impossibilidade, até agora: - em se almejar o reforço e autonomia financeira do Conselho, com tudo o que daí adviria (pense-se, por exemplo, no processamento remuneratório dos Juizes da 1.ª Instância e da sediação no Conselho dos «servidores» do *Citius*), por manifesta oposição a tal desiderato do poder político-legislativo; - em se implementarem verdadeiros gabinetes de Estudos e Planeamento, de Imprensa e Relações Públicas (que serviria de «porta voz» do judiciários nos variadíssimos casos em que isso se reclama) e de Atendimento aos Cidadãos;

- da consecução do aumento do quadro de inspectores judiciais.

Não se escamoteia também alguma, ao menos aparente, contradição ou falta de consistência absoluta na constante actuação do Conselho, devida talvez à caracterização compósita deste órgão, as quais ainda devem demandar uma maior atenção e denodo por parte dos eleitos pela lista A.

Continuam estes a desenvolver todos os esforços no sentido de continuar na via e no rumo que se tem encetado e que não deixarão de contribuir para a dignificação da administração da justiça – pilar essencial do Estado de Direito Democrático – e para o prestígio da Magistratura Judicial, a qual, uma vez mais se reafirma, na senda do que foi escrito para publicação no Boletim Anual do C.S.M., justo é reconhecer, merece um voto de confiança por parte deste órgão e da sociedade em geral, dado que tem demonstrado, na sua generalidade, o desempenho das suas funções com o máximo de dignidade,

independência, responsabilidade e espírito de sacrifício.

Continuo a defender que não existe uma crise dos Tribunais. Quando muito, a existir uma crise, ela é a do sistema de Justiça e este não é só constituído pelos Tribunais e pelos Juizes.

O sistema de Justiça é algo muito mais amplo, contendo com meios auxiliares, conservatórias, sistemas de registo e de dados, órgãos de investigação, de polícia criminal, de análise e perícia, de Magistrados do Ministério Público, de instalações, de funcionários, etc.

Pretender inculpar somente os Magistrados ou estes e os Tribunais é exercer um raciocínio simplista e iníquo, porque irresponsavelmente redutor.

Para se superar este estado de coisas, tudo farão os eleitos pela lista vencedora, que continuarão a ter como bússola as propostas que apresentaram ao eleitorado e que deste colheram a maioria.

## artigo

# Dificuldades e importância do associativismo perante um poder político adverso.

O convite da revista *Justiça & Democracia* para escrever sobre o tema deste artigo criou-me um dilema: escrevê-lo de uma forma redutora ou numa perspectiva mais abrangente.

Redutora limitando-me a escrever uma crónica das relações entre a ASJP e o poder político, máxime o Governo, nos últimos seis anos. Embora nunca seja demais realçar que os ataques mais intensos que os juizes sofreram e as relações mais tensas entre o poder político e o associativismo judicial ocorreram neste período recente, a ideia de uma simples crónica não me seduziu.

Preferi uma perspectiva mais ampla, embora partindo da ideia de que é natural que as relações entre o poder político e o associativismo judicial sejam, por natureza, de alguma tensão, e isso crie algum confronto. Ainda para mais quando o associativismo judicial não se limite a uma mera actuação ou prática de fazer valer os direitos sócio profissionais da classe dos juizes mas esteja também, e fundamentalmente, preocupado com a defesa, intransigente, das condições para assegurar a independência, interna e externa, dos juizes.

Um alerta, porém, se impõe. As considerações subsequentes sobre alguns aspectos do tema não têm qualquer pretensão doutrinária

e são apenas uma reflexão, ao correr da pena... ou melhor, ao saltar do teclado.

O associativismo judicial, sendo uma das manifestações do direito de associativismo numa sociedade democrática sempre seria de qualificar como, ainda que fosse só por isso, da maior importância. Mas se ponderarmos que é dessa forma, ou seja, nesse modelo de organização, que os juizes se apresentam colectivamente perante a sociedade e os cidadãos, assim como face ao poder político e legislativo, facilmente se compreende a relevância e a importância do associativismo judicial.

Infelizmente nem sempre existe a consciência dessa importância, mesmo entre os próprios juizes.

Por isso um dos grandes desafios é a de conseguir uma maior tomada de consciência, por parte dos juizes, de que o associativismo judicial pode e deve ser um reforço e, às vezes, é o último esteio da defesa da independência dos juizes. Se não houvesse outras razões – e existem – esta deverá ser suficiente para levar os juizes a participarem e a mobilizarem-se em torno do movimento associativo judicial.

Ainda recentemente tivemos um exemplo disso na sociedade portuguesa. O

Conselho Superior da Magistratura ao tomar a deliberação de “congelar” a notação de um juiz, na sequência de uma decisão de um tribunal de 1ª instância que condenava o Estado a pagar uma indemnização, com base na prisão preventiva de um cidadão decretada por aquele juiz, estava a emitir um evidente sinal de condicionamento futuro para todos os juizes. Foi fundamental que, nessas circunstâncias, o associativismo judicial tivesse percepcionado o que estava em causa e tivesse pugnado, ao lado daquele juiz concreto (mas defendendo a independência de todos e cada um de nós, não por nós e para nós, mas pelos cidadãos), pela revogação daquela deliberação, ilegal, como o Supremo Tribunal de Justiça a veio a qualificar.

Mas tendo a noção da importância do associativismo judicial é preciso também percepcionar que daí advêm fortes responsabilidades para a intervenção do mesmo, desde logo no campo da comunicação social mas, também, na forma de fazer valer os direitos sócio profissionais dos juizes.

E aqui começam as dificuldades.

A comunicação social de hoje é, em regra, hostil aos tribunais, aos juizes e, naturalmente, ao associativismo judicial. Seja

António Martins  
(Juiz Desembargador)



porque uma boa parte é movida apenas pelos interesses económico-financeiros (interessando-lhe por isso agradar ao poder político reinante para ser contemplado com benesses, máxime a publicidade do Estado e empresas satélite nos seus meios de comunicação) seja porque uma outra grande parte é controlada indirectamente pelo poder político, através dos “boys” colocados nos órgãos de direcção desses meios de comunicação social.

O exemplo do que aconteceu com uma “notícia” difundida pela Lusa em 25.10.2010, sobre o relatório CEPEJ 2010, é ilustrativo desta dificuldade. Estávamos então numa fase de luta intensa com o Governo, por causa dos cortes projectados para o OE2010 e das alterações previstas ao EMJ e a difusão daquela “notícia” foi intencionalmente preparada para transmitir factos falsos e outros manipulados – temos juízes a mais, trabalham pouco e ganham mais que os outros – visando denegrir a imagem dos juízes e enfraquecer a sua capacidade de contestação.

Pese embora o comunicado do dia seguinte, desmontando factualmente a “notícia”, a barragem na imprensa a esta posição da associação dos juízes foi extraordinária e a reprodução acrítica que tinha sido feita do “take” da Lusa, por tudo o que era comunicação social, tinha consumado o dano.

É pois esta forma de actuação da comunicação social, usada pelo poder político de forma perversa, uma das grandes dificuldades do associativismo judicial.

Mas isso não pode fazer-nos baixar os braços e levar-nos à resignação. Temos de saber encontrar forma e espaço para fazer passar as mensagens adequadas e, em última análise, de perceber que temos um espaço muito importante, a comunicação directa com os cidadãos. Foi isso que se procurou fazer, ainda naquele caso, com os cartazes “defender

a verdade” e o pedido da sua afixação no átrio dos tribunais. Infelizmente houve, da parte de vários juízes, prurido ou vergonha de exporem publicamente os factos, incluindo as remunerações dos juízes, que constavam de tal cartaz, para assim se desmontarem as “histórias” e, por isso, muitos (demasiados) cartazes não foram afixados.

Creio que esconder factos só dá vantagem a quem pretende manipular e não a quem não tem nada a esconder, incluindo a remuneração, como é o caso dos juízes.

Embora não deixe de concordar que outra das grandes dificuldades do associativismo judicial é conseguir fazer valer, no espaço público e comunicacional, a defesa dos interesses sócio profissionais dos juízes, como se tem assistido a isso sistematicamente e, ainda recentemente, com as alterações ao estatuto da jubilação.

Não há soluções mágicas para lidar com esta dificuldade, embora creia que o melhor espaço e forma para fazer valer os direitos sócio profissionais não é a arena mediática, nem a mera contestação “sindical” ou meras acções reconduzíveis apenas a esta matriz.

Quanto mais conseguirmos que o associativismo judicial tenha uma intervenção institucional, de preocupação e de apresentação de propostas que vão de encontro aos problemas da Justiça, nomeadamente a credibilidade, a celeridade e a eficiência, mais crédito teremos e mais fácil será ligar a resolução daqueles problemas à necessidade de ser estabelecido um adequado nível de satisfação dos interesses sócio profissionais dos juízes.

Claro que isso pressupõe que do lado do poder político está um interlocutor de boa fé, preocupado essencialmente com o encontrar de soluções para os problemas da Justiça e não o poder político com que nos temos

defrontado, nos últimos seis anos, com uma sistemática atitude persecutória em relação aos juízes.

Outros aspectos seria estimulante analisar, mas o espaço apenas permite duas breves referências.

Um deles tem a ver com a acrescida importância que deve ganhar cada vez mais o associativismo judicial como veículo para a valorização e dignificação da Justiça e dos Tribunais e, também, como um referencial na promoção e enaltecimento dos princípios éticos dos juízes. Ainda para mais nos tempos presentes, em que as várias crises que nos assolam são muito fruto da falta de valores éticos, mostrar e demonstrar os elevados níveis de exigência da ética do juiz só nos prestigia e valoriza.

O outro prende-se com a necessidade de perceber que estão a germinar fontes, cada vez com maior peso, a questionar a legitimação do poder judicial e que a “legitimidade constitucional” é algo que pode ser colocado em causa pelo próprio legislador constitucional. Nessa medida impõe-se criar pensamento que leve a encontrar razões acrescidas de manutenção daquela “legitimidade constitucional” ou, quiçá, de encontrar para a legitimação do poder judicial outras âncoras, nomeadamente numa legitimação pela função, elevando o exercício desta a um patamar de excelência, do qual os cidadãos não queiram abdicar, por essa ser a melhor forma de verem os seus direitos, liberdades e garantias acautelados.

Para terminar, uma palavra de estímulo, nomeadamente aos Colegas mais jovens nestas lides do associativismo. As dificuldades estarão sempre presentes, não são maiores hoje do que foram no passado, mas o espírito com que as devemos encarar é sempre o mesmo, superar mais um desafio, num trabalho colectivo.

## artigo

**Raúl Esteves**  
(Juiz de Direito)

# Os últimos momentos críticos na união do associativismo judicial português.



### Uma nota inicial

Decorridos que foram já alguns anos sobre a constituição formal do MJD, começa a ser possível alinhar, com isenção e afastamento de emoções, alguns factos que podem contribuir para a história deste movimento associativo, que tomou o nome de Movimento Justiça e Democracia, e que abriu o caminho a uma nova forma de estar no associativismo judicial, trocando a velha unicidade oligárquica por um moderno,

livre e democrático, pluralismo associativo.

Escrevo estas linhas na primeira pessoa, sem grandes preocupações de rigor cronológico, sem exaustão nos temas e com a leveza que me concede o prazo de 48 horas que me foi dado para o efeito pelo Director desta Revista.

Se este texto fosse um quadro e eu um pintor seria certamente uma obra impressionista, carregado de cores fortes, onde cada pincelada pretende apenas recordar

uma memória viva que me marcou e que leva a um conjunto que para muitos dos leitores pode não ter qualquer sentido, mas que para mim foram o princípio e o fim de tudo o que aconteceu de novo.

Acredito que a democracia interna no associativismo judicial está hoje madura e passou a ser uma prática normal e aceite mesmo por aqueles que tudo fizeram para que jamais acontecesse.

Só por esse facto, sinto-me livre para



escrever o que vou escrever. Posso finalmente revelar os momentos de maior angústia que vivi juntamente com aqueles que acreditavam que era possível a mudança, as decisões difíceis que tivemos de tomar em nome do união do associativismo judicial, as pressões e as armadilhas a que sobrevivemos e a arte e o engenho que permitiu ao MJD vingar e ser hoje uma estrutura associativa em que centenas de juízes portugueses se revêem e se identificam.

### **Os primeiros anos do associativismo judicial pós 25 de Abril de 1974**

Todos aqueles que olharem para a génese da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, (ASJP), rapidamente verão que a mesma resultou de um compromisso entre dois grandes grupos de interessados na sua existência, grupos esses que apenas estavam divididos pela origem geográfica dos seus membros, ou seja os juízes do Norte e os juízes do Sul, como vulgarmente eram referenciados.

Conscientes da necessidade de uma única associação representativa dos juízes portugueses, acederam na criação da ASJP, salvaguardando, contudo, ao nível estatutário, e na prática do dia-a-dia, a possibilidade de autonomia interna desses interesses através das chamadas Regionais.

A gestão deste compromisso acabou por caracterizar as grandes divergências internas da ASJP, prolongando-se por mais de duas décadas após o seu nascimento.

Sem qualquer definição política ou programa ideológico para a justiça – e falo de política e de ideologia sem me estar a referir a política partidária ou ideologia política, como é evidente – a ASJP construiu-se, em cada momento, em torno da personalidade dos seus dirigentes que acabavam por emprestar o seu carisma e liderança ao projecto associativo e a sua influência às grandes decisões legislativas que moldaram o estatuto sócio profissional dos juízes após o 25 de Abril de 1974.

Este fenómeno, que acabou por ficar conhecido por “fulanismo”, marcou muitas gerações de juízes que, mais do que programas, ideias e projectos, sempre que eram chamados a votar nas eleições para os órgãos sociais da ASJP, apenas procuravam saber quem é que apoiava a lista, confiando o seu voto – ou melhor dando a sua procuração de voto – ao amigo do amigo que se candidatava ou que era apoiado por ele.

A escolha dos dirigentes associativos estava assim fortemente condicionada a dois requisitos essenciais: à sua origem geográfica (Norte ou Sul) e ao líder associativo que o apoiasse.

### **Os exageros**

Esta luta regional e as lideranças – por vezes até ocultas – acabaram por ser transferidas para o Conselho Superior da Magistratura.

Na verdade, e por força das circunstâncias, a ASJP e a lista por si apoiada às eleições do Conselho Superior da Magistratura (CSM) levava a que os dirigentes associativos

viesses a tomar lugar como vogais no CSM, e, por vezes, os vogais do CSM, após o mandato, apareciam como dirigentes da ASJP.

Esta dança de cadeiras, nunca permitiu à ASJP o distanciamento necessário para tomar em mãos uma das suas primeiras obrigações enquanto estrutura associativa sócio profissional dos juízes: a defesa dos direitos dos seus associados perante o CSM, órgão de disciplina e de gestão dos juízes portugueses.

Podendo seriamente suspeitar-se que durante muitos anos os atrevimentos na luta associativa pagavam-se caros na carreira ao contrário do alinhamento e da fidelidade que era largamente compensada, permitindo um percurso profissional livre de incidentes e coroado de excelentes notações, promoções e colocações.

### **A semente da revolta**

Acredito que todos aqueles que iniciaram a “agitação” que haveria de dar lugar ao MJD tinham as suas razões pessoais para o fazerem. Não éramos propriamente um grupo de “tontinhos” sem qualquer sentido crítico, apáticos e amorfos que optaram pela carreira de juiz e viviam os dramas do quotidiano da sua profissão sem qualquer tipo de envolvimento.

Mas falarei só por mim agora.

Muitos anos antes do MJD ser um sonho, já tinha encontrado um grupo de colegas que questionava a justeza e a oportunidade da selecção de jurisprudência publicada pelas duas principais revistas da época. Falo do Boletim do Ministério da Justiça e da Colectânea de Jurisprudência. Desconfiando-se que apenas era divulgada a chamada jurisprudência “politicamente correcta” decidiu-se, corajosamente, fundar uma Revista jurídica, a “**Sub Júdice**”, aí se escrevendo, no estatuto editorial publicado no primeiro número, que a Revista “*considera que a existência de uma opinião pública esclarecida, consciente e crítica em questões jurídicas (e designadamente informada sobre a actividade dos tribunais e o conteúdo das suas decisões) é um instrumento indispensável para conseguir uma sociedade mais aberta, mais livre e mais justa*”

Recordo o colega João Ramos de Sousa como o mentor da ideia e tantos outros, como o António Martins, hoje presidente da ASJP, Mouraz Lopes, hoje director da Revista Julgar, António Latas, Luís Mendonça, Márcia Portela, Mário Serrano, Airisa Caldinho, Álvaro Rodrigues, Fernando Ventura, Caetano Duarte, Luís Espírito Santo, Teles Pereira e José Rodrigues dos Santos, juízes na sua maioria com dois ou três anos de exercício da judicatura e que acreditavam que era possível inovar e ser diferente.

Vivi e aderi às primeiras greves dos juízes, apoiando incondicionalmente a direcção da ASJP na ocasião, o que me levou a ser convidado a integrar a lista candidata aos órgãos sociais da mesma e que tiveram lugar poucos meses após a consagração, sob a

forma de lei, do novo estatuto remuneratório dos juízes.

As eleições foram ganhas e participei na primeira reunião do órgão para o qual havia sido candidato. Participei apenas nessa primeira reunião, e ainda não tinha a mesma chegado a meio e já tinha tomado a decisão de nunca mais participar em nenhuma.

Para quem desconhecer ou não se recordar, digo-vos que os aumentos salariais obtidos no estatuto remuneratório então aprovado foram significativos para os juízes de círculo e dos tribunais superiores. Os juízes que exerciam na primeira instância, quer em comarcas de ingresso, ou de acesso não beneficiaram de aumentos relevantes.

Nessa primeira reunião da ASJP, vencendo a timidez, perguntei o que se pensava fazer para corrigir esse desequilíbrio, nomeadamente se estavam previstas novas negociações com o Governo. Terminada a pergunta, o silêncio que se fez foi quebrado por uma resposta lapidar: “Olhe colega, agora lutem vocês....”

Na última metade dos anos noventa começaram a avolumar-se histórias muito estranhas quanto ao rigor que o CSM colocava nos seus actos.

Não me compete aqui assegurar a veracidade ou não das suspeitas, mas corria pelos Tribunais um ambiente de grande desconforto onde eram relatados diversos episódios de colegas que eram colocados exactamente nas comarcas que pretendiam, sendo esses lugares omissos nos avisos dos movimentos e posteriormente ocupados através da oportuna figura da “urgente conveniência de serviço”.

Também a escolha e oportunidade da nomeação dos inspectores judiciais era questionada e ainda mais questionada era a inexistência de qualquer critério ou grelha de aferição objectiva das qualidades, ou não, dos juízes inspeccionados, para além do conhecimento pessoal do inspector ou do conhecimento que alguém especial para o inspector lhe pudesse transmitir.

Ouviam-se histórias pouco edificantes quanto às mulheres juízes que decidiam ter filhos.

A tudo isto a ASJP ficava em silêncio.

Recordo-me de um dia ter encontrado, a caminho da sede da ASJP, um colega Desembargador que jamais se tinha filiado nessa estrutura sindical. Sabia desse facto pois muitas conversas tínhamos tido sobre essa sua escolha. Vendo-o, perguntei-lhe o que ali fazia, e qual o meu espanto quando me disse que se ia inscrever como sócio da Associação pois pretendia concorrer ao Supremo Tribunal de Justiça.

Acredito que não fosse condição para a nomeação como Juiz Conselheiro a inscrição na ASJP, e felizmente conheço muitos que o não foram, mas o que aquele Desembargador sentia, era sentido por muitos e resultava da confusão entre ASJP e CSM.

A gota de água, que faz transbordar a semente da revolta, acaba por ser uma decisão do CSM que determina a movimentação de algumas dezenas de jovens magistrados sem a precedência de qualquer movimento ou mesmo sem a prévia

comunicação desse facto. Um dia, pela manhã, muitos juízes receberam nos seus gabinetes um ofício onde lhes era transmitida a sua colocação, por urgente conveniência de serviço, na comarca X ou Y, sendo concedido um prazo de poucos dias para o efeito.

### **A estratégia**

A situação tinha atingido os limites do insuportável.

Uma breve reflexão sobre como alterar o estado de coisas, levava a conclusões muito precisas.

Rapidamente descobrimos que não adiantava apresentar uma lista candidata aos órgãos sociais da ASJP sem primeiro concorrermos ao CSM.

Também percebemos que apenas faria sentido concorrer aos órgãos sociais da ASJP se primeiro conseguíssemos alterar os seus estatutos, criando no seu seio um órgão que espelhasse as diversas correntes e tendências associativas.

Trocávamos a representatividade regional pela representatividade das tendências, pois mesmo perdendo as eleições para a Direcção Nacional ou Direcções Regionais teríamos sempre representação num órgão social da ASJP.

Acabar em definitivo com a confusão entre ASJP e CSM, abrir a ASJP a uma nova tendência associativa e obter meios de democratização interna, obrigando a substituir as lideranças personalizadas por ideias colectivamente aceites e que representassem um projecto para a justiça e para os juízes era, a nossa tarefa.

Meticulosamente foi colocado em marcha um processo de “revolução” interna dentro da judicatura. Uma revolução sem interesses deste ou daquele, uma revolução pela transparência pela legalidade, pela liberdade de opinião, pela dignidade sócio-profissional dos juízes, pela sua independência e acima de tudo, por um projecto para a justiça que a tornasse mais célere, mais acessível, mais próxima do cidadão.

### **As primeiras eleições para o CSM**

Com a decisão do Senhor Conselheiro Gonçalves da Costa em candidatar-se a Vice-presidente do CSM, apresentando uma lista própria - decisão essa que teve na origem o repto lançado pelos colegas Pinto Monteiro e Rui Penha - estavam reunidas as condições para se iniciar a aventura que iria decorrer pelo período de dez anos.

De Norte a Sul de Portugal chegaram apoios para esta candidatura. Os juízes mais jovens acarinharam o programa de candidatura do Conselheiro Gonçalves da Costa, programa este que foi construído em dezenas de reuniões e encontros levados a cabo em inúmeras comarcas e, pela primeira vez, num acto de coragem, foi divulgado juntamente com o nome de centenas de juízes que assumiram publicamente o seu apoio.

A campanha eleitoral decorreu debaixo de uma feroz campanha levada a cabo por quem não pretendia ter oposição nas eleições.

Lembro-me de ler nos jornais diários várias entrevistas a juízes conotados com a ASJP da altura onde se afirmava que a lista do Conselheiro Gonçalves da Costa não passava de uma lista de “*um obscuro professor do CEJ apoiada pelos seus antigos alunos*”, “*que os seus apoiantes eram uns ressabiados com o CSM por não terem tido notas de mérito*”, “*que a lista estava a ser apoiada pelo Partido Comunista*”, “*que a lista estava a ser apoiada pela Fundação Luso-Americana*”, “*que apenas pretendia dividir e enfraquecer os juízes*”.

Em muitas comarcas os juízes foram aconselhados a não comparecerem às sessões de esclarecimento do Conselheiro Gonçalves da Costa. Lembro-me por exemplo de ter ido ao Palácio da Justiça no Porto com o Senhor Conselheiro e não estar ninguém presente para o ouvir ou receber.

Eu próprio vivi uma situação, no mínimo, curiosa e que não resisto a contar pois ainda hoje me leva a sorrir sempre que me lembro.

Coube-me a mim dar as primeiras notícias aos jornais sobre a apresentação da lista do Conselheiro Gonçalves da Costa.

Tudo foi feito para que essas notícias fossem publicadas numa data que coincidissem com o dia da abertura do Congresso da ASJP que decorreu em Viseu. Estávamos no ano de 1997.

Aconteceu o que esperávamos que acontecesse. No dia de abertura do Congresso os jornais diários anunciavam a candidatura do Conselheiro Gonçalves da Costa. O meu nome aparecia como sendo um dos seus apoiantes e numa breve nota explicava o que se pretendia com essa candidatura.

Escusado será contar o que se passou então no Congresso.

Pensámos muito se devíamos comparecer no referido Congresso. Muitos entenderam que não seria de ir, outros, como eu acabámos por decidir ir. Recordo-me particularmente dos colegas do 8º Curso de Formação que apoiavam incondicionalmente a candidatura do Senhor Conselheiro, entre eles o Renato Barroso, a Cristina da Fonseca, o José dos Reis e que apareceram no Congresso mas tiveram que regressar a suas casas antes do jantar de encerramento. Fiquei assim só e preparei-me para o jantar de encerramento. Entrei na sala ainda cedo e verifiquei que estavam montadas cerca de 30 mesas, cada uma com capacidade para 10 pessoas. Sentei-me e aguardei. Vi a sala encher, vi algumas das mesas a encolherem para levar mais um ou mesmo dois convivas, mas na minha ninguém se sentou. Comi muito bem e com muito espaço.

Durante a campanha ainda se travou um combate de moralização que ficará para a história como tendo sido o fim do apoio expresso da ASJP a uma lista candidata às eleições do CSM.

Era tradição a ASJP pagar as despesas da campanha eleitoral da lista candidata ao CSM.

Nessas eleições também a ASJP decidiu pagar as despesas da lista que apoiava.

De uma forma brilhante, o nosso colega Silveira Ramos, mandatário na Comissão

Eleitoral da lista do Conselheiro Gonçalves da Costa, travou nesse órgão uma luta jurídica que teve o seu desfecho no Supremo Tribunal de Justiça e que – perdendo – acabou por fazer jurisprudência a sua posição, pois a inconsistência dos argumentos usados para justificar a legitimidade de a ASJP apoiar financeiramente uma candidatura levaram a que fosse esse o último acto eleitoral em que tal se verificou.

No final, uma votação inesperada na lista do senhor Conselheiro, 3 vogais eleitos para o CSM, entre eles o colega António Ribeiro, hoje Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães.

### **O nascimento do MJD**

Depois das eleições para o CSM, começaram os trabalhos de constituição formal do MJD.

Os contactos estabelecidos na campanha eleitoral permitiam contar com centenas de juízes que estavam de corpo e alma no projecto de renovação.

A urgência em assumir publicamente a diferença e manter unida a estrutura era vital para o futuro profissional de cada um dos apoiantes da lista do Conselheiro Gonçalves da Costa.

Por outro lado, combater a estrutura dirigente da ASJP obrigava a que criássemos uma estrutura equivalente, ou seja, profissionalizada e com a mesma capacidade de intervenção.

Com a criação do MJD como pessoa colectiva, passámos a ter sócios que contribuíam com uma quota mensal, arrendamos um pequeno espaço e contratámos uma funcionária.

Foi terrível obter a nossa primeira base de dados sobre os endereços profissionais dos juízes.

A ASJP que a detinha nunca nos facultou, o CEJ que a tinha também não nos cedeu, o CSM idem, obrigando-nos a reconstituir manualmente uma base de dados pública e não confidencial e que se resumia ao nome dos juízes e aos locais em que exerciam funções, tudo de molde a podermos divulgar a nossa existência e as nossas ideias e programas para a justiça.

O lançamento de um jornal gratuito passou a ser a ponte entre o MJD e todos os juízes, tendo-se realizado inúmeras iniciativas em torno desse jornal.

Recordo também a realização de diversos encontros de âmbito nacional e que polarizaram centenas de juízes, criando-se um espaço de discussão e aprofundamento das grandes linhas que passariam a nortear o MJD.

A caminhada de afirmação do MJD como tendência associativa no seio da ASJP foi difícil e cheia de dificuldades, não sendo pacífico o facto de existirem no seio da ASJP pessoas que estavam organizadas e que pretendiam um rumo diferente para a Associação.

### **Os momentos mais difíceis**

Nunca pretendeu o MJD criar uma Associação rival da ASJP. Sempre nos



assumimos como associados da ASJP e sempre aspirámos a vencer as eleições para os seus órgãos directivos, podendo aí, no local próprio, mudar o estilo, mudar as práticas, mudar as concepções, e, mais importante, mudar a ausência de ideias por um programa para a justiça, para os juízes e para os cidadãos enquanto utentes da justiça.

Em todo este percurso, houve três momentos em que esteve iminente uma cisão no associativismo judicial.

Apenas a nossa firmeza, e vontade inabalável em manter unidos os juízes, numa só Associação, permitiu superar a tentação de abandonar a luta e fundarmos uma nova Associação de Juízes Portugueses.

O primeiro foi quando decidimos concorrer pela primeira vez às eleições para os órgãos sociais da ASJP.

Sabíamos que só o devíamos fazer se a ASJP mudasse os seus estatutos, e consagrasse o direito de tendência no seu seio.

Apenas assim seria possível – num cenário provável de não haver ainda possibilidades de ganharmos as eleições, como se veio a verificar – de elegermos representantes do MJD num órgão da ASJP, dando-lhes voz e capacidade de intervenção.

Com muito esforço e depois de muita insistência e com a séria ameaça de haver divisão no seio dos juízes, acabou por ser o Dr. Noronha do Nascimento que intercedeu no sentido de ser criada uma comissão de reformulação dos Estatutos da ASJP, onde estivessem representantes do MJD e da ASJP.

Penso que nesse momento, o Dr. Noronha do Nascimento foi o único que percebeu o que se iria passar caso não houvesse uma cedência, tendo convencido os seus pares que tal facto era inevitável.

Graças a um esforço muito grande e ao empenhamento de muitos dos nossos colegas, onde destaco o Ramos Soares, foi possível convencer os representantes da ASJP da bondade das nossas propostas, acabando por serem quase todas admitidas e aprovadas na Assembleia Geral que se seguiu.

Estavam assim criadas as condições para esbater no interior da ASJP as tendências regionais e substituí-las por verdadeiras tendências programáticas, assumidas por juízes que, independentemente dos seus interesses geográficos, tinham uma visão e uma concepção diferente.

Criadas essas condições, o MJD apresentou então uma lista candidata aos

órgãos sociais da ASJP, encabeçada pelo Dr. Clemente Lima e que obteve um resultado bastante animador, perdendo as eleições por poucas dezenas de votos.

O segundo momento em que foi colocada a possibilidade de criar uma nova Associação de Juízes ocorreu por ocasião do Congresso da Justiça, organizado pela Ordem dos Advogados no tempo em que o Dr. Júdice era o seu Bastonário.

Desde o primeiro momento que o MJD participou activamente na iniciativa, lamentando apenas que não tivesse sido a ASJP a ter a ideia.

Pelo contrário a ASJP aceitou com relutância a sua participação, e apenas aceitou depois de, a pedido do Dr. Miguel Júdice, o MJD ter emitido um comunicado público a apelar à participação dos juízes no Congresso, e depois de ter assegurada a presidência do Congresso.

Neste contexto, decidiu então o MJD preparar um livro que contivesse uma série de propostas para a Justiça e cujo lançamento fosse coincidente com a abertura dos trabalhos do Congresso.

Assim aconteceu, vindo a luz do dia o livro “Interrogações à Justiça”, em que colaboraram muitos juízes, correspondendo ao apelo do MJD.

Na véspera do dia do Congresso foi pedido à organização, presidida pela ASJP, a permissão para ser colocada no hall das instalações uma pequena mesa onde os livros seriam vendidos aos participantes. A resposta foi um rotundo: NÃO.

Inteirados das razões, ficamos a saber que não seria permitida a venda de livros no Congresso.

Então, foi pedida a possibilidade de serem os livros oferecidos aos congressistas.

Resposta: NÃO

Não fosse a nossa frieza de ânimos e a nossa vontade férrea de não dividir o associativismo judicial e nesse mesmo dia tínhamos anunciado a criação de uma nova Associação de Juízes.

O terceiro e último momento de fractura resume-se a uma pequena história, desconhecida de muitos, um pequeno incidente.

A história que vos quero contar, teve lugar na madrugada do dia em que foram contados os votos que deram pela primeira vez a vitória à lista apoiada pelo MJD.

Depois de uma campanha eleitoral atribulada, a lista encabeçada pelo Desembargador

António Martins venceu as eleições.

Pela primeira vez o MJD ganhara umas eleições para a ASJP, razão pela qual transbordávamos de alegria e saímos da sede da ASJP com o maior sorriso que se possa imaginar.

Poucas horas depois, ao início da manhã, recebo a informação de que os resultados eleitorais não podiam ser promulgados, pois entre as 4 da manhã e as 9 da manhã a sede da ASJP teria sido alvo de um assalto e os cadernos eleitorais desapareceram, sendo necessário repetir as eleições.

Lembro-me de pensar em desistir de tudo.

Miraculosamente, para todos, acabaram por aparecer os cadernos eleitorais, segundo consta perdidos na garagem do edifício, e por volta da hora do almoço estava firme e aceite a vitória do colega António Martins.

Ao longo de muitos anos o MJD, e os seus apoiantes foram rotulados de perigosos divisionistas, pessoas sem escrúpulos que apenas pretendiam protagonismo, fomos associados à Opus Dei e à Maçonaria, procuraram identificar-nos com o Partido Socialista e ao mesmo tempo ao Partido Social Democrata, inúmeras ligações a grandes e obscuros grupos económicos e nunca, mas nunca os nossos delatores viram o que era a mais pura das verdades: um grupo de juízes, na sua esmagadora maioria jovens juízes da primeira instância que acreditaram ser possível trazer para o movimento associativo dos juízes, representado pela ASJP, e para o órgão de gestão dos juízes, o CSM, transparência, respeito, dignidade, cultura, inovação, abertura, democracia e liberdade.

Hoje, em vésperas de novas eleições para os órgãos da ASJP, voltarão as duas tendências associativas a confrontar-se nas urnas. O Movimento Justiça e Democracia voltará a apresentar e candidatar uma lista de juízes dinâmicos, esclarecidos e com um programa de acção e o Fórum Permanente Justiça Independente apresentará e apoiará uma outra lista, carregada do sabor de tempos já passados.

Penso e quero acreditar que hoje, ganhe quem ganhar, a ASJP manter-se-á unida e a tendência associativa que obtiver a vitória saberá preservar a liberdade de opinião e a liberdade de iniciativa daquela que perder, prática seguida pelo MJD nestes dois mandatos consecutivos em que teve a direcção da ASJP.





ALDEIAS  
DE CRIANÇAS SOS  
Amor e um lar para cada criança

# E SE TODAS AS CRIANÇAS TIVESSEM UMA FAMÍLIA?

CONTAMOS COM OS JUÍZES NESTA MISSÃO.



Nas Aldeias de Crianças SOS acolhemos crianças órfãs, abandonadas ou pertencentes a famílias que não podem cuidar delas. Oferecemos-lhes amor e um lar, numa família, para que se sintam acarinhadas, apoiadas e protegidas, dando-lhes a oportunidade de construir laços familiares duradouros, obter uma formação sólida e desenvolver-se de forma saudável até à sua plena autonomia e integração na sociedade.

[www.aldeias-sos.org](http://www.aldeias-sos.org)